
Linguagem, Discurso e Poder

Ensaio sobre
Linguagem e
Sociedade

NILDO VIANA

LINGUAGEM, DISCURSO E PODER

Ensaio sobre Linguagem e Sociedade

Nildo Viana



Virtualbooks

NILDO VIANA

© Copyright 2009, Nildo Viana.

Capa: xxxx

Diagramação: Cao Ypiranga

1ª edição

1ª impressão

(2009)

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta edição pode
ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma,
nem apropriada e estocada sem a expressa
autorização de Nildo Viana.

Viana, Nildo

LINGUAGEM, DISCURSO E PODER - ENSAIOS SOBRE
LINGUAGEM E SOCIEDADE. Nildo Viana. Pará de Minas,
MG: Editora Virtualbooks, 2009.100p.14x20 cm.

ISBN 978-85-60864-78-2

1. Ensaio brasileiro. 2. Discurso e Poder. 3. A relação entre poder
e discurso. I. Título. II. Série.

CDD- B869.4

Livro preparado e editado por
VIRTUALBOOKS EDITORA E LIVRARIA LTDA,
Rua Benedito Valadares, 560 - centro -
35660-000 - Pará de Minas - MG - Brasil
Tel.: (37) 32316653 - e-mail: vbooks01@terra.com.br
www.virtualbooks.com.br

Sumário

O Exercício do Poder Através da Linguagem: Uma Breve Apresentação.....	03
Discurso e Poder.....	07
Educação e Preconceito Lingüístico.....	27
Linguagem, Poder e Relações Internacionais.....	40
Bibliografia.....	52

O Exercício do Poder Através da Linguagem: Uma Breve Apresentação

A leitura da presente obra nos remete ao problema das relações de poder e sua manifestação no âmbito da linguagem e do discurso. Trata-se de uma questão bastante relevante e atual e que buscamos apresentar um tratamento crítico visando ultrapassar as concepções ingênuas da relação entre linguagem e sociedade.

Aparentemente, linguagem e discurso são fenômenos bem distantes das relações de poder. Esta obra busca justamente desfazer essa aparência. No fundo, o que colocamos é que no nosso cotidiano o poder se manifesta, tal como na relação pais e filhos, nos textos jornalísticos, no discurso científico, etc. A linguagem e o poder perpassam o cotidiano e pouco nos percebemos disso.

Assim, o caráter social da linguagem é evidente. Nas sociedades divididas em classes sociais, isto é, no qual as relações de poder estão instituídas, ela é perpassada pelo poder. O que é poder? O poder é uma forma de relação social. É uma relação social específica, no qual se defrontam o dominante e o dominado. O dominante exerce o controle sobre o dominado, utilizando os mais variados recursos, tal como a força física, o dinheiro, etc. (Viana, 2003). Uma das formas de se exercer o poder é através da cultura e da linguagem. As formas de exercício do poder da linguagem são as mais variadas, desde o uso do adjetivo pejorativo até chegar ao reino do formalismo e do domínio do discurso técnico, temos o uso de recursos lingüísticos para reproduzir a dominação. Assim, linguagem, discurso e poder estão interligados organicamente na sociedade moderna.

O conjunto de ensaios aqui reunidos tematizam a questão da linguagem e do discurso em sua relação com o poder, em diversas instâncias, principalmente na esfera educacional e das relações internacionais. O desenvolvimento da lingüística, da análise do discurso, da sociologia da linguagem, entre outras formas de abordagem da linguagem e do discurso, permite pensarmos uma concepção sintética e global do fenômeno lingüístico e textual.

A consciência que temos do mundo é mediada pela linguagem, que facilita ou cria obstáculos para o seu desenvolvimento. A linguagem não é apenas um produto técnico, neutro, acima das relações sociais. A linguagem é social. Sendo um fenômeno social, não se pode desvincular linguagem e sociedade. Neste sentido, os presentes ensaios reunidos aqui discutem justamente a relação linguagem e sociedade, percebendo que esta última é permeada e caracterizada por relações de poder. Isto se reproduz em todas as esferas da vida social, nas escolas, no processo educacional em geral, nas relações internacionais, na política institucional, nas instituições sociais, na produção de bens materiais, inclusive na linguagem.

A relação entre consciência e linguagem serve para justificar e fundamentar os ensaios aqui contidos e sua importância social e teórica. Compreendemos a linguagem de forma semelhante a Sapir, tal como colocamos no primeiro ensaio deste livro. Ela é um meio de comunicação especificamente humano visando o processo de comunicar idéias, sentimentos, etc., através de símbolos produzidos por eles. Sendo assim, a linguagem é um meio de comunicação entre os seres humanos, mas um meio específico, que se realiza por meio de símbolos utilizados pela escrita e pela fala, sendo uma relação social, uma forma de comunicação entre os seres humanos¹.

A consciência, por sua vez, é nada mais do que o ser consciente (Marx e Engels, 2002). Não existe consciência separada dos seres humanos. A consciência não pode ser destacada dos indivíduos que a constituem. Estes indivíduos são seres conscientes. Mas mais do que isso, são seres sociais, históricos, concretos, de carne e osso. Desta forma, a consciência dos indivíduos não pode ser destacada deles e eles não podem ser destacados de seu processo histórico de vida, de suas relações sociais, de sua época. A consciência não é um capítulo a parte da vida dos indivíduos, pelo contrário, é parte de sua totalidade, e, portanto, não é algo meramente racional, mas também valorativa, sentimental, e embora tenha certa especificidade e autonomia, é uma forma superior de sensibilidade, que coordena todos os processos psíquicos do indivíduo. O indivíduo é um ser social e, por conseguinte, sua consciência é social, embora sua consciência pessoal seja a manifestação singular da consciência social, no qual se mescla aspectos singulares oriundo da vida individual (ou seja, o tipo de relação social específica do indivíduo em sua história de vida) e social.

¹ Isto significa que discordamos da extrapolação do uso da linguagem, a não ser metaforicamente, para outras atividades e fenômenos, pois aí se trata não de linguagem outras formas de comunicação.

O indivíduo quando nasce encontra um mundo de relações sociais constituído e no qual ele intervém muito pouco. O idioma que terá que usar já está predeterminado. Ele se defrontará com a hegemonia de determinados valores, idéias, sentimentos. Desta forma, o indivíduo nasce num mundo pronto e do qual ele não ajudou a construir. Ele deve viver neste mundo e o faz a partir da consciência que vai desenvolvendo. Esta consciência individual, que também é social, está ligada ao modo de vida, as experiências do indivíduo, e a cultura estabelecida e que lhe é imposta.

A linguagem é constituída com o objetivo de nomear o existente. Ela acaba tendo, naturalmente, uma formação semelhante ao da sociedade existente, em determinada época e com determinadas relações sociais. Desta forma, a linguagem interfere na consciência e na constituição da mentalidade dos indivíduos. A linguagem é o meio pelo qual os indivíduos se comunicam e manifestam sua consciência e, por isso, acaba sendo uma das múltiplas determinações da consciência. Este processo, porém, não significa nenhum determinismo lingüístico. Em primeiro lugar, a base da linguagem é a sociedade, tal como é a da consciência. A consciência, por sua vez, também é social. Ambas estão intimamente ligadas à sociedade que as engendraram. Por isso, elas tendem a reproduzir a sociedade existente. Isto também é um interesse daqueles que detém o poder. A linguagem tende a se tornar coisificada e o mesmo ocorre com a consciência. Assim, a percepção do novo e da possibilidade de mudança é dificultada.

Uma consciência antecipadora seria uma forma de romper com a consciência coisificada, mas existe não só o obstáculo das idéias dominantes e das relações sociais que reforçam as concepções de imutabilidade do mundo, como também a linguagem coisificada. A superação da linguagem coisificada caminha junto com a superação da consciência coisificada, são duas faces de um mesmo processo.

Isto é perceptível nas mais variadas formas de manifestação da consciência. Isto ocorre de forma especialmente acentuada no pensamento complexo. A linguagem científica e filosófica assume um caráter fetichista e isto dificulta a percepção das relações sociais e sua mutabilidade, realizando um processo de naturalização e universalização de produtos sociais e históricos provisórios. O pensamento que rompe com este fetichismo é, posteriormente, enclausurado na linguagem e consciência fetichista. O pensamento de Marx é o maior exemplo deste processo. Os conceitos que ele elaborou, bem como sua própria concepção da linguagem conceitual, são históricos, transitórios, tal como a realidade que eles expressam. Porém, seus conceitos foram

deformados, reificados, de acordo com os interesses de determinados grupos e classes sociais que realizara a deformação de seu pensamento. Os intitulados “marxistas” ressignificaram os conceitos de Marx, tornando-os reificados. Marx é apenas um exemplo mais visível de todo este processo de lutas sociais pelo significado das palavras e conceitos, tal como já colocava Bakhtin (1990).

Assim, a ressignificação dos conceitos e palavras, a recuperação de significados perdidos ou deformados, o processo de desenvolvimento de novos conceitos, são necessários e fazem parte das lutas sociais contemporâneas por um mundo radicalmente diferente. Neste sentido, é preciso reconhecer a importância da linguagem neste processo social mais amplo que é a luta pela transformação social.

É por isso que apresentamos uma modesta contribuição para este debate que precisa ser desenvolvido e ampliado na sociedade moderna. Os ensaios aqui reunidos são voltados para discutir aspectos da relação entre poder e discurso/linguagem na sociedade moderna.

O ensaio *Discurso e Poder* visa trabalhar uma dimensão mais restrita da linguagem que é o discurso e sua relação com o poder. É uma discussão que contribui com a percepção do processo de produção do discurso, inclusive do científico, e observar que sua pretensa inocência não existe. O texto apresenta, além de uma definição do termo discurso, sugestões teórico-metodológicas para se trabalhar com o discurso que podem ser úteis na realização de análises do discurso.

O ensaio *Educação, Linguagem e Preconceito Lingüístico* visa discutir a imposição de uma língua-padrão, superior, dominante como norma absoluta e como equivalente ao “certo”. A língua portuguesa e a gramática correspondente é um dos idiomas considerado entre os mais difíceis. Sua rigidez e detalhismo é algo bastante problemático, bem como a busca da regularização estatal e escolar e as formas de repressão das manifestações diferenciadas e pensar a “língua culta” como modelo único, serve para reproduzir as relações sociais fundadas na dominação e desigualdade.

O ensaio *Linguagem, Poder e Relações Internacionais* objetiva analisar a questão de um ponto de vista mais amplo, que é o da questão dos idiomas na dinâmica internacional. As relações internacionais geram idiomas dominantes e estes acabam sendo impostos à população, principalmente dos países colonizados, subordinados. Este processo cria dificuldades e reproduz relações internacionais fundadas em exploração e dominação, e, no interior de cada país, as relações internas de exploração e dominação.

Neste contexto, pensar uma língua universal, internacional e secundária, tal como o esperanto, seria uma solução que, sem dúvida, encontrará a oposição dos países dominantes.

Em síntese, são três ensaios que visam contribuir com a reflexão sobre a linguagem e a sociedade, demonstrando as relações de poder que estão ocultas e não são facilmente visíveis. Estes textos abrem espaço para novos estudos, desenvolvendo um processo de trabalhar o discurso e a linguagem numa perspectiva que permita abordar criticamente seu processo histórico social de constituição, bem como seu papel para a conservação ou transformação social.

Discurso e Poder

O objetivo que nos propomos no presente ensaio é discutir a relação entre poder e discurso, visando analisar mais detidamente as formas de censura de determinados discursos e idéias. O poder censura os discursos, não permite que qualquer idéia venha à tona, mas tão-somente permite a manifestação daquelas idéias que estão de acordo com as relações de poder instituídas em uma determinada sociedade. Além disso, o discurso reproduz o poder, tem um caráter mobilizador, ou seja, age sobre a realidade no sentido de reproduzir/questionar as relações de poder.

O primeiro ponto é definir o conceito de linguagem e realizar a distinção entre este termo e o de discurso. Com o nascimento da lingüística através da obra de Ferdinand de Saussure se tornou comum distinguir entre língua e fala (Saussure, 1995). A primeira se caracteriza por ser uma estrutura formal de caráter sincrônico e a segunda se caracteriza por ser uma manifestação concreta da linguagem. A língua cumpria os requisitos para formar um objeto de estudo que poderia ser decomposto de forma “objetiva” e desta forma se poderia compreender sua estrutura interna. Nascia, assim, o estruturalismo em lingüística e este, posteriormente, invadiria as demais ciências humanas (antropologia, sociologia, filosofia, psicanálise, etc.).

Várias correntes contestaram tal distinção entre língua e fala ou pelo menos o modo de conceber suas relações, isolando uma da outra. A sociolingüística, a psicologia da linguagem, a pragmática, a análise do discurso, entre outras abordagens, apresentaram uma concepção diferente a respeito da linguagem.

O filósofo Jean-Jacques Rousseau apresentou uma interessante tese sobre a origem da linguagem. Para ele, a linguagem não surge a partir das necessidades e nem da razão, pois “*não se começou raciocinando, mas sentindo. Pretende-se que os homens inventaram a palavra para exprimir suas necessidades; tal opinião parece-me insustentável. O efeito natural das primeiras necessidades consiste em separar os homens e não em aproximá-los*” (Rousseau, 1987, p. 163). A partir disso ele conclui que a origem das línguas não se deve às primeiras necessidades dos homens, pois “*seria absurdo que da causa que os separa resultasse o meio que os une. Onde, pois, estará*

esta origem? Nas necessidades morais, nas paixões. Todas as paixões aproximam os homens, que a necessidade de procurar viver força a separarem-se. Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes” (Rousseau, 1987, p. 164).

Muitos consideram tais teses ultrapassadas e realmente é difícil sustentar que os sentimentos isoladamente tenham produzido a linguagem e que a necessidade não tenha sido sua condição de possibilidade, mas tais observações possuem um momento de verdade. Um desses momentos é amplamente reconhecido atualmente: o caráter social da linguagem. Esta surge para possibilitar a comunicação humana. A comunicação é uma necessidade dos seres humanos. O processo de humanização do mundo e a constituição da sociedade só se tornam possíveis existindo esta comunicação através da linguagem. A origem da linguagem, portanto, está ligada a necessidade dos seres humanos de realizarem uma associação. Esta necessidade de associação é tanto afetiva, como coloca Rousseau, quanto “material”, negada por ele. Neste sentido, a linguagem possui uma origem e um caráter sociais.

A colocação de Rousseau referente ao fato de que as necessidades materiais de sobrevivência separam os seres humanos não foi fundamentada por ele e isto é suficiente para que a ignoremos. Além disso, o contrário é que é verdadeiro, pois, devido a sua debilidade física em comparação com os demais animais, eles precisam se associar para conseguir os meios de sobrevivência. A caça, por exemplo, só se tornou uma fonte de alimentos graças à eficácia da associação dos caçadores, tal como demonstrou Moscovici (1990).

Mas, enfim, o que é a linguagem? Sabemos que ela tem uma origem social mas resta esclarecer o que ela é. Podemos dizer que, resumidamente, a linguagem é um conjunto de recursos simbólicos criados pelos seres humanos para possibilitar a comunicação humana e que, portanto, é essencialmente de natureza social. Segundo Sapir, a linguagem *“é um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos. Entre eles, avultam primacialmente os símbolos auditivos, emitidos pelos chamados ‘órgãos da fala’”* (Sapir, 1980, p. 14). Este autor acrescenta que

“A linguagem escrita, para empregarmos uma frase matemática, é assim uma equivalência termo a termo da sua contraparte falada. As formas escritas são símbolos secundários das formas faladas – símbolos de outros símbolos – mas, não obstante, é tão exata a correspondência que se podem substituir inteiramente aos outros, não apenas

em teoria, mas ainda na prática atual dos que só lêem com os olhos, e até talvez em certos tipos de reflexão mental” (Sapir, 1980, p. 22).

Quais são estes recursos simbólicos? São os provenientes fundamentalmente da fala, como coloca Sapir, e também, derivado dela, os da escrita. São os recursos simbólicos utilizados na comunicação humana, isto é, os recursos gráficos e sonoros utilizados para se realizar a comunicação entre os seres humanos.

A linguagem, devido seu caráter social, está submetida ao processo social, possuindo, portanto, a mesma dinâmica, historicidade e singularidade da sociedade onde ela emerge. Assim, linguagem, tal como coloca Fromm (1979), está intimamente ligada à sociedade na qual ela emerge, sendo que existe uma sinonímia entre linguagem e sociedade. A sociedade produz uma linguagem adequada a ela, com um léxico, uma semântica, uma gramática etc. que é específica e socialmente organizada.

Nas sociedades marcadas pela divisão em classes sociais antagônicas e com uma divisão social do trabalho complexa, a linguagem passa a ser perpassada pelos conflitos de classes (Bakhtin, 1990) e pelo que alguns estudiosos chamam de “estratificações sociais da língua” (Guiraud, 1976).

A luta de classes que perpassa a linguagem se dá em torno do significado das palavras e dos demais signos utilizados na comunicação humana. A classe dominante possui o interesse em emperrar um livre desenvolvimento da consciência humana além de um determinado limite. Ela busca, de forma às vezes inintencional, impor sua ideologia, suas concepções, sua mentalidade. As demais classes sociais buscam resistir e as classes exploradas esboçam uma linguagem diferenciada. Entretanto, a diferença de linguagem ocorre no interior de uma totalidade, ou seja, a diferença vem acompanhada por uma semelhança.

O semelhante é a língua e a escrita que em uma determinada sociedade é comum a todas as classes sociais e a diferença se dá em aspectos que produzem uma divisão no interior de uma mesma linguagem. No interior de uma mesma linguagem (não se confundindo esta com uma ideologia) é possível se criar concepções de mundo diferentes. Embora a linguagem seja um obstáculo para o desenvolvimento de uma mentalidade antagônica à concepção de mundo dominante, ela permite que isto ocorra exatamente por que possui brechas que possibilitam sua transformação. Apesar da língua-padrão (ou “cultura”) ser imposta socialmente pelo Estado e instituições auxiliares, especialmente a escola, existe uma língua diferenciada, chamada de linguagem

coloquial (ou popular), que é muitas vezes vista com preconceito (Viana, 2004).

Segundo M. Bakhtin:

“Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir” (Bakhtin, p. 46).

Em toda sociedade dividida em classes sociais existe uma mentalidade e uma ideologia dominantes e estas produzem uma atribuição de sentido às palavras que também é dominante. Mas o fato de haver uma atribuição de sentido dominante significa que existe atribuição (ou atribuições) de sentido não-dominante(s) ou dominada(s). Neste sentido, a “pluralidade do signo”, segundo Bakhtin, ou a “polissemia da palavra”, segundo Régine Robin (1977), expressam esta concepção de que existe um processo de significação e ressignificação das palavras e que tal processo é marcado pelas relações e lutas sociais.

Disto se conclui que a linguagem não é neutra e o reconhecimento disto é fundamental para se compreender a mensagem veiculada por intermédio da linguagem. O caráter social da linguagem repercute sobre a análise da linguagem e sobre as explicações desta. A partir do reconhecimento do caráter social da linguagem se torna insustentável os procedimentos analíticos da lingüística estruturalista de Saussure e seus seguidores, pois ela se revela meramente formal e descritiva, enquanto que uma teoria deve ser explicativa.

A partir destas observações sobre a linguagem, podemos prosseguir nossa reflexão sobre o discurso e sua relação com o poder. O próximo passo consiste em definir o que é o discurso. Discurso e linguagem é a mesma coisa? O conceito de linguagem é muito amplo, pois ele se refere a todos os recursos simbólicos (gráficos e sonoros) existentes em uma sociedade para viabilizar a comunicação humana. Além disso, a linguagem, numa sociedade de classes, é perpassada pela polissemia.

O discurso não pode ser definido da mesma forma que a linguagem e isto se deve a três motivos principais: em primeiro lugar, o discurso e a linguagem não são a mesma coisa pelo motivo de que a linguagem é principalmente um meio de expressão enquanto que o discurso é fundamentalmente expressão. Em outras palavras, o discurso

se manifesta através da linguagem e a linguagem é o meio de manifestação do discurso. Todo discurso é transmitido através da linguagem mas a linguagem pode ser portadora de diversos discursos.

Em segundo lugar, linguagem e discurso, numa sociedade classista, se distinguem pelo fato de que a primeira é polissêmica (e é por isso que ela pode ser portadora de diversos discursos) e o segundo é unissêmico, ou seja, possui uma coerência semântica. Se na linguagem uma palavra possui significados diferentes dependendo de quem a profere, no discurso só existe um significado próprio que pode, em certos casos, conviver com diversos significados alheios. Tomemos um exemplo: a palavra economia. Esta palavra pode possuir diversos significados na linguagem corrente mas no discurso só pode possuir um significado próprio. Na linguagem corrente a palavra economia pode significar: 1) *Produção*: este sentido da palavra pode ser encontrado em frases do tipo: “o nosso objetivo é estudar a economia (produção) política do signo”; 2) *Ciência Econômica*: tal significado está presente neste tipo de frase: “a economia (ciência econômica) tem como objeto de estudo a distribuição de riquezas”; 3) *Poupança*: vê-se este significado expresso nesta frase: “o governo fez uma grande economia (poupança) este ano”; 4) *Modo de Produção*: este significado pode ser observado nesta frase: “a economia (modo de produção) determina, em última instância, toda a superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade”; 5) *Forma de Organização Produtiva e/ou Distributiva das Riquezas*: é neste sentido que se entende afirmações do tipo “em uma economia (forma de organização produtiva e distributiva) de mercado predomina a lei da oferta e da procura”; 6) *Curso de Economia*: tal como se percebe na frase, “ele fez economia (curso de economia) na Universidade de Brasília”.

Portanto, observamos a partir dos exemplos acima colocados que uma palavra na linguagem corrente pode ter mais de um significado e elencamos 6 significados diferentes atribuídos à palavra economia. Uma pesquisa aprofundada poderá descobrir outros significados atribuídos a esta palavra. E num discurso isto pode ocorrer? Sem dúvida, em um discurso a mesma palavra pode ter mais de um significado. Isto ocorre pelo motivo de que um discurso é composto por elementos internos e externos. Os elementos internos são a parte do discurso que apresenta suas características próprias, as atribuições de significado que lhes são própria, os elementos constituídos pelo próprio discurso. Os elementos externos são elementos auxiliares

extraídos da linguagem existente (tradição, cultura popular, concepções filosóficas, políticas, religiosas, etc.).

Isto pode ocorrer sob diversas formas. Um elemento auxiliar pode se transformar em um elemento interno no decorrer do processo de formação de um discurso. A palavra “entretanto” é em todos os discursos um elemento auxiliar mas se um filósofo criar uma “filosofia do entretanto” e fazer divagações sobre esta palavra e lhe atribuir um significado mais amplo do que o comum, então ela se torna, no discurso deste filósofo, um elemento interno. A expressão “clareira”, por exemplo, é uma palavra comum e que na maioria dos discursos geralmente assume a posição de elemento externo, mas na filosofia de Heidegger isto se altera e a palavra ganha um significado e importância que lhe torna um elemento interno do seu discurso. Daí a importância do desenvolvimento histórico de um discurso.

Outro caso é quando num determinado grupo social uma palavra possui um significado bastante difundido e alguém realiza uma resignificação ou mutação de sentido da palavra mas mantém o uso da palavra no sentido tradicional. É isto que ocorreu com a palavra alienação no discurso de Marx, por exemplo. Marx utilizou o termo alienação no sentido tradicional que lhe era atribuído na filosofia alemã (principalmente por Hegel e pelos neo-hegelianos) em revezamento com o sentido novo que ele mesmo atribuiu ao termo (Viana, 1995). O mesmo ocorre quando um marxista utiliza a expressão economia como sinônimo de modo de produção e como sinônimo de ciência econômica, ou seja, usa o termo como elemento interno do discurso marxista e como elemento externo, auxiliar, o que significa usar o termo em dois sentidos diferentes, um de acordo com o discurso e outra de acordo com um dos significados da palavra na linguagem comum.

O conjunto dos elementos internos de um discurso forma a sua *estrutura*. O conjunto de elementos auxiliares (externos) forma a sua *conjuntura*. A estrutura do discurso é composta por seus elementos intrínsecos e permanentes e a conjuntura por seus elementos auxiliares, retirados da linguagem cotidiana ou de outros discursos, e passageiros, não sendo parte fixa do discurso. As unidades do discurso (as palavras, os conceitos, as noções, etc.) são estruturais ou conjunturais. O caráter destas unidades (estruturais ou conjunturais) e o seu sentido são definidos de acordo com a estrutura do discurso, ou o que podemos chamar de *contexto discursivo*. Mas este papel das unidades do discurso pode ser alterado com o desenvolvimento deste discurso. Entretanto, e é

aqui que reside uma das diferenças fundamentais entre linguagem e discurso, pois neste último um termo só pode ter um significado estrutural e é aí que se encontra o seu caráter unissêmico. O discurso é unissêmico em sua estrutura, embora possa ser polissêmico em seus elementos auxiliares (conjuntura).

Em terceiro lugar, o discurso não é tão amplo quanto a linguagem. A fronteira que separa a linguagem e o discurso não é muito fácil de se ver mas, devido ao que foi dito anteriormente, podemos colocar o seguinte: a linguagem, tal como foi acima definida, pode ser subdividida (linguagem religiosa, científica, filosófica, popular, etc., bem como em suas subdivisões, as linguagens especializadas no interior da ciência, por exemplo) e isto significa que nela convive o geral e o particular, mas o discurso só enfatiza o que é particular. Na linguagem há a heterogeneidade e no discurso há a homogeneidade. Na linguagem em geral há a *polissemia* e no discurso há apenas a *unissemia*, pelo menos em sua estrutura. Sem dúvida, o discurso é uma forma de manifestação da linguagem, embora seja uma forma *particular* de manifestação e é desta particularidade que vem sua definição e distinção.

Existiram poucas tentativas de definição do discurso. Uma das primeiras tentativas neste sentido foi a de Émile Benveniste: “*deve-se entender por discurso em sua extensão mais ampla: toda enunciação que pressupõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de algum modo*” (apud. Kuroda, 1983, p. 121). Para Foucault, o discurso é “*um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva*” (apud. Brandão, 1997, p. 28). Pêcheux, por sua vez, opõe sistema da língua e discurso:

“O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam processos científicos” (Pêcheux, 1988, p. 91).

Estas abordagens do discurso possuem seus momentos de verdade, mas em sua essência e totalidade não dão conta de oferecer uma definição adequada de discurso. Benveniste define o discurso pela existência de uma interlocução na qual o locutor busca influenciar o ouvinte. A interlocução é uma característica da comunicação humana e por isso não pode caracterizar o discurso, uma modalidade específica de sua manifestação. O elemento complementar, a persuasão, é característico de alguns

discursos (político, religioso, científico, etc.), mas não de todos, tal como se pode exemplificar pelo discurso de pessoas indecisas ou de outras sobre assuntos desconhecidos. A concepção foucaultiana dilui o discurso na “formação discursiva”, uma abstração metafísica. A definição de Pêcheux, por sua vez, parte de uma separação metafísica entre língua e discurso, que mantém a dicotomia saussuriana entre uma estrutura formal invariante, a língua, e suas manifestações concretas, a fala. O discurso estaria no segundo caso, o que demonstra que Pêcheux não percebeu que o primeiro caso só existe na concepção ideológica de Saussure e nunca na realidade concreta. Partindo da percepção da insuficiência destas concepções, retomemos nossa definição de discurso.

Podemos definir o discurso da seguinte maneira: é uma manifestação concreta e delimitada da linguagem. As suas partes constitutivas são a *estrutura* e a *conjuntura* e o caráter de sua estrutura é *unissêmico*. Isto quer dizer que o discurso é algo concreto e delimitado, ou seja, é sempre o discurso de um autor, de uma escola, de um grupo social, etc., que possui uma estrutura unissêmica e é uma totalidade. Assim, o discurso é uma manifestação particular, específica, concreta da linguagem e que possui uma estrutura unissêmica, sendo, pois um todo coerente e organizado, embora o nível de coerência e organização varie dependendo do discurso. A coerência e organização dependem de quem profere o discurso.

É importante não perder de vista que um discurso é sempre o discurso de alguém. O discurso é sempre manifestação discursiva de quem o profere. Ele é a manifestação de um ser consciente – a consciência, segundo Marx, não é nada mais do que o *ser consciente*, que é um *ser social* (Marx e Engels, 1992) – por conseguinte, o indivíduo, grupo, etc., que profere o discurso sempre o faz a partir de sua posição no conjunto das relações sociais e da forma como concebe sua posição. O discurso, por conseguinte, é constituído socialmente e para descobrir seu processo de produção é preciso compreender o seu produtor. O discurso não é uma “entidade abstrata”, mera peça de uma unidade mais ampla chamada “formação discursiva”, como em Foucault, e sim uma manifestação concreta da linguagem, mas não é derivado e constituído pela linguagem e sim pelos seres sociais que usam a linguagem sob uma forma concreta e particular. Pensar que o discurso é um produto da linguagem ao invés dos seres sociais (mesmo que a linguagem crie obstáculos para a livre manifestação deles) é nada mais do que uma concepção fetichista da linguagem.

Quais são as condições de possibilidade para a formação de um discurso? Existem duas condições básicas: *o contexto social* e *o contexto cultural*. A condição de possibilidade de um discurso depende fundamentalmente do contexto social, ou seja, depende das transformações ou contradições existentes no conjunto das relações sociais. Este contexto social é o conjunto das relações sociais no qual emerge aquele que profere o discurso a partir de sua posição em tal contexto, o que implica tudo que é derivado daí (interesses, valores, etc.). As condições de possibilidade do discurso científico (que, por sua vez, carrega uma multiplicidade de discursos no seu interior) estão ligadas ao processo histórico de constituição da sociedade capitalista. A ascensão da moderna sociedade capitalista trouxe consigo um enorme desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de aumentar o controle sobre o meio ambiente visando à maximização do lucro (o que proporciona o desenvolvimento das ciências naturais) e sobre a sociedade para conservá-la e lhe permitir um desenvolvimento estável (o que proporciona o desenvolvimento das ciências sociais). Isto significa que é a luta de classes em um determinado período histórico que torna possível a formação do discurso científico. Mas uma vez instituído, o discurso tende a se cristalizar, tal como a sociedade que lhe produziu, tal como Fromm (1979) destacou se referindo à linguagem.

Entretanto, para que esse discurso possa existir é necessária outra condição: o contexto cultural. Ora, o discurso científico não poderia surgir imediatamente do contexto social, pois é necessária a mediação de formas de pensar, de palavras, de concepções. A sociedade capitalista surge dos escombros da sociedade feudal mas a ciência não poderia derivar diretamente da teologia, que era a forma dominante de ideologia dominante no feudalismo. O combate entre burguesia e nobreza feudal forjou as armas culturais que a primeira utilizaria para a combater a segunda e posteriormente formar sua própria forma de ideologia e seu próprio discurso. Estas armas foram retiradas da sociedade escravista que havia criado a filosofia (Viana, 2000). O renascimento e o iluminismo produziram o contexto cultural necessário que possibilitou a superação da teologia e para a formação da ciência. Além disso, há a fonte representada pelos elementos apontados por Fromm, a língua e suas características próprias, que, devido sua homologia com a sociedade que a produz, também cria determinações na formação de um discurso.

Portanto, o contexto social e o contexto cultural formam as condições de possibilidade de formação de um discurso. Mas tanto um quanto o outro são formas de

expressão da luta de classes e isto significa que as condições de possibilidade de um discurso estão indissolavelmente ligadas ao desenvolvimento histórico das lutas de classes e cada discurso corresponde ao interesse de uma ou outra classe em luta. Ou seja, não se pode deixar de lado o fato de que o discurso é um produto social, isto é, uma produção dos indivíduos que pertencem a determinados grupos sociais. Assim, o processo de constituição de um discurso possui “múltiplas determinações”, sendo que o contexto social é sua determinação fundamental e o contexto cultural sua determinação formal, embora exista uma influência recíproca entre ambos. Mas isto é realizado efetivamente pelos indivíduos, seres humanos concretos, que através de seu processo histórico de vida são formados por estes contextos mas através da especificidade de cada vida individual, o que permite múltiplas formas de discursos, principalmente derivados de grupos sociais nos quais eles estão inseridos ou envolvidos, fundamentalmente nas classes sociais (Marx & Engels, 1992).

O discurso possui duas partes constitutivas: a estrutura e a conjuntura. Estas partes, por sua vez, possuem os termos (palavras, noções, conceitos, etc.) como unidades constitutivas. Na estrutura do discurso a ligação entre os termos ocorre de forma articulada e na conjuntura de forma desarticulada. Esta articulação pode ser espontânea ou planejada. A estrutura do discurso é unissêmica e a conjuntura é polissêmica e ela pode ser coerente ou não com a estrutura. Em alguns discursos predominam a estrutura e em outros a conjuntura, dependendo do seu nível de articulação e organização.

O sentido das palavras estruturantes do discurso devem ser descobertas na sua articulação interna e o sentido das palavras conjunturais do discurso remete ao seu papel na totalidade do discurso. Em outras palavras, para se compreender o sentido de uma palavra (o que significa realizar um estudo semântico) é preciso nos remeter ao *contexto discursivo* no qual tal palavra está inserida. Portanto, para se entender a unidade do discurso é preciso compreender sua totalidade e para se compreender esta é necessário compreender aquela. Quando se focaliza as unidades do discurso (os termos) se faz um estudo semântico e quando se focaliza sua totalidade (estrutura, conjuntura) se faz uma análise do discurso. Entretanto, ambos os procedimentos são necessários e se complementam.

Entretanto, um discurso é estruturado no interior de um contexto social e cultural, sendo, pois, perpassado pela luta de classes e sendo assim a totalidade do

discurso está inserida numa totalidade mais ampla, que é a totalidade da sociedade que lhe produz e determina. Este é um ponto essencial para a compreensão do discurso e, portanto, para a sua relação com o poder. Desta forma observamos que o discurso possui uma estrutura, que é o seu conteúdo, a concepção que ele carrega, possui uma conjuntura, que são os elementos da linguagem que servem de auxílio para a sua transmissão.

Como se manifesta a luta de classes no discurso? Ele se manifesta de acordo com as relações de poder na sociedade, o que significa que existe a supremacia da classe dominante, que se manifesta sob várias formas. Iremos destacar tal supremacia para depois apontar para o processo de resistência realizado pelas classes exploradas.

Para analisar a relação entre discurso e poder podemos lançar mão de um conjunto de contribuições, tais como as da análise do discurso, Bourdieu, Foucault, Bakhtin, Fromm, entre outros. Alguns destes autores se referem ao discurso propriamente dito, outros abordam a linguagem, isto é, um fenômeno mais amplo. No entanto, consideramos que a discussão referente ao problema da linguagem e poder também se aplicam ao caso particular do discurso e por isso iremos apresentar ambos os casos, mas compreendendo que a discussão referente ao fenômeno mais amplo – a linguagem – se aplica ao discurso.

Começemos pela contribuição da análise do discurso. Existe uma discussão sobre o discurso que busca superar a concepção apresentada pela lingüística estruturalista, entendendo-o como uma ação social, realizada por um “sujeito” (indivíduo, grupo social etc). Assim, o discurso é sempre proferido por alguém. Ele não é autônomo e nem é neutro. Todo discurso é discurso de alguém e a compreensão das razões do discurso nos leva a buscar compreender quem o proferiu e em que condições sociais ele foi produzido. A partir destas colocações já podemos deixar claro a divergência com a perspectiva da lingüística estruturalista, tal como fundada por Saussure (1995) e desenvolvida por seus continuadores.

Estas idéias estão presentes na contribuição de algumas abordagens da lingüística que estão mais próximas de uma perspectiva sociológica, em especial a teoria da enunciação — tal como representada por Mikhail Bakhtin (1990) — e da análise do discurso. Bakhtin irá trazer para a esfera da linguagem a idéia de luta de classes e assim rompe com a idéia de pretensa inocência do discurso, pois ele é perpassado (até em suas unidades mais simples, tal como o signo) pelos conflitos de

classes e, portanto, possui caráter social e está intimamente ligado com as relações de poder na sociedade.

A análise do discurso, por sua vez, nos trará diversas contribuições. Esta se caracteriza, entre outras coisas, em romper com a dicotomia rígida entre língua (estrutura invariante da linguagem) e fala (manifestação concreta da linguagem) inaugurada pela lingüística estruturalista de Saussure: “embora reconhecendo o valor da revolução lingüística estruturalista provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos lingüísticos” (Brandão, 1997, p. 9).

O discurso é produzido e reproduzido socialmente e seu estudo, portanto, deve incorporar não apenas sua estrutura formal mas principalmente o seu caráter social. Porém, nem sempre os adeptos da análise do discurso conseguiram efetivar este projeto. Coube à chamada “escola francesa da análise do discurso” levar esta perspectiva até suas últimas conseqüências e isto proporcionou, segundo Brandão (1997), a demolição do muro que separava lingüística e sociologia.

A escola francesa de análise de discurso nasce da tentativa de articulação entre lingüística, marxismo e psicanálise e tem como característica articular “*o lingüístico com o social*” (Brandão, 1997, p. 17), trabalhando de forma interdisciplinar ao tomar em consideração as contradições de diversas ciências humanas (história, sociologia, psicologia, etc.). Porém, a análise do discurso busca se distinguir das demais correntes da lingüística e para fazer isto deve incluir novas dimensões, tal como colocou Maingueneau (apud. Brandão, 1997), a saber:

1. O quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
2. Os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam no discurso;
3. O espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Portanto, temos aqui uma concepção que remete ao estudo da instituição onde o discurso é produzido, aos conflitos históricos e sociais, além de levar em consideração a configuração do espaço próprio de um discurso no contexto de um meio discursivo.

Neste momento devemos colocar em discussão a relação entre discurso e poder. Nesta discussão iremos retomar algumas considerações de Foucault sobre este

tema, lembrando que ele exerce uma grande influência sobre a escola francesa de análise do discurso. Segundo Foucault,

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8-9).

Assim, o poder impede a manifestação livre do discurso. Cria um processo de exclusão através da interdição e também (no caso da oposição entre razão e loucura) da separação e rejeição.

Porém, não devemos esquecer as diferenças entre Foucault e outras abordagens do discurso, tais como as de Bakhtin e algumas tendências da análise do discurso. Foucault apresenta uma concepção metafísica de poder (Viana, 2000), pois ele está difuso na sociedade e está em todo lugar, sendo mais uma relação do que uma propriedade (Foucault, 1986; Foucault, 1983). Em Bakhtin, por exemplo, existe o poder, mas ele não é autônomo e sim a incorporação da dominação de classe que também se encontra na esfera do discurso. A fonte da diferença, neste caso, está no estruturalismo de Foucault e no marxismo de Bakhtin.

Mas precisamos também analisar o processo de censura do discurso, ou seja, como tal processo é concretamente realizado. Foucault trata disto, ao colocar que em nossa sociedade existem procedimentos de exclusão e interdição, mas também da separação e da rejeição. Esta é a esfera que produz a segregação da loucura. Mas, além destas, existe também a “vontade de saber”, a busca da verdade que delimita o verdadeiro e o falso. Segundo Foucault,

“Dos três sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (Foucault, 1996, p. 19).

Mas quem efetiva isto? Com que objetivo? De que forma? Tais questões, do nosso ponto de vista, devem ser respondidas em uma concepção não-foucaultiana. É preciso perceber que a abordagem de Foucault possui uma limitação que está no cerne do seu próprio discurso. Tal limitação está nas características próprias do discurso filosófico, que se constitui com um saber reflexivo e especulativo, não chegando nunca

ao fenômeno concreto (Viana, 2000). Isto é reforçado por sua concepção considerada “estruturalista”, que cria um obstáculo para se perceber os agentes e produtores do discurso e suas lutas.

De qualquer forma, a relação que Foucault faz entre discurso e poder — que pode muito bem ser integrada numa concepção conflitual fundamentada na luta de classes, tal como expresso na obra de Bakhtin e na escola francesa de análise do discurso, que lança mão explicitamente da obra de Foucault — é de fundamental importância para se compreender o engendramento de um discurso no interior de uma instituição.

Segundo Foucault, toda forma de saber é produto das relações de poder e um “novo poder” gera um “novo saber”. Assim se pode dizer que o poder sobre os “loucos” gera a psiquiatria, o poder exercido sobre os estudantes a pedagogia, etc. Assim, Foucault nos oferece concreticidade quando se trata de “discursos específicos”, aqueles que são produzidos e reproduzidos em determinadas instituições. Portanto, segundo a abordagem foucaultiana, o discurso é produzido no interior de uma instituição e por isso possui características próprias em cada instituição. Isto significa que existem formas de discurso que correspondem a formas de poder. Temos as instituições sociais que criam e controlam determinadas formas de discurso e impedem a manifestação de outras formas.

Erich Fromm (1979) nos oferece, através de sua tentativa de síntese do pensamento de Marx e Freud e de sua contribuição original, alguns elementos para pensarmos a censura na esfera do pensamento, da consciência. Segundo Fromm, toda sociedade apresenta um filtro social que permite a consciência de determinadas experiências ou não. Isto quer dizer que tal filtro social é condição de possibilidade do discurso e simultaneamente o seu censor, ou seja, ele não só determina o que pode e dever ser dito como também o que não deve e não pode ser dito, sendo, ao mesmo tempo, coercitivo e repressivo, positivo e negativo.

Erich Fromm coloca três elementos que segundo ele compõem este filtro social. O primeiro elemento é o sistema conceptual produzido em determinada sociedade. Fromm afirma que

“Para que qualquer experiência chegue à consciência, deve ser compreensível segundo as categorias em que o pensamento consciente está organizado. Só posso adquirir consciência de qualquer ocorrência, dentro ou fora de mim, quando ela se relaciona com o sistema de categorias dentro do

qual se fazem as minhas percepções. Algumas dessas categorias, como tempo e espaço, podem ser universais, e constituir categorias de percepção comuns a todos os homens. Outras, como a causalidade, podem ser válidas para muitas, mas não para todas as formas de percepção consciente. Outras categorias são ainda menos gerais e diferem de cultura para cultura. Numa cultura pré-industrial, por exemplo, as pessoas podem não atribuir a certas coisas um valor comercial, ao passo que no sistema industrial isso não ocorrerá. De qualquer modo, a experiência só pode adquirir consciência sob a condição de ser percebida, relacionada e ordenada em termos de um sistema conceptual e de suas categorias. Esse sistema é, em si, o resultado da evolução social. Toda sociedade, pela sua prática de vida e pelo seu modo de relações, de sentir e perceber, desenvolve um sistema, ou categorias, que determinam as formas de percepção, ou consciência. Esse sistema trabalha, por assim dizer, como um filtro socialmente condicionado: a experiência não pode atingir a consciência se não se atravessar esse filtro” (Fromm, 1979, p. 110-111).

Há outro elemento de censura que se encontra na linguagem. Existem certas culturas, segundo Fromm, que a língua não fornece expressão para determinados fenômenos. No entanto, este é apenas um dos aspectos presentes na censura lingüística. Outros elementos seletivos e censuradores da língua se encontram em sua sintaxe, sua gramática e pela etimologia de suas palavras. Segundo Fromm, retomando Whorf, “*a totalidade da linguagem representa uma atitude de vida, é uma expressão congelada da experimentação da vida de um certo modo*” (Fromm, 1979, p. 112). Fromm cita como exemplo a preferência, em nossa sociedade, por substantivos ao invés de verbos, pois estes expressam atividades e aqueles propriedades, o que está de acordo com uma sociedade em que o ter (sociedade fundada na propriedade privada, na acumulação e no consumismo) predomina sobre o ser.

Outro elemento do filtro social é a lógica. Esta é considerada como “*natural e universal*”, mas é apenas expressão de determinada formação social. Este é o caso da lógica aristotélica (formal) que predomina em nossa sociedade e que subordina as outras formas lógicas, tal como a lógica paradoxal (dialética), fazendo com que o princípio da identidade reine absoluto e ao mesmo tempo obscureça o princípio da contradição.

Mas existe um terceiro elemento do filtro social que é mais importante. Ele é constituído pelos “tabus sociais”. Eles apresentam determinadas idéias e sentimentos como sendo impróprios, perigosos, proibidos e os impedem de chegar ao nível da consciência. Desta forma, segundo Fromm, a consciência sofre uma censura da língua, da lógica e dos tabus sociais.

Assim, vemos concretamente o processo de censura da consciência. O indivíduo está submetido aos limites impostos por sua língua, sua lógica e pelos tabus sociais. Possui uma dificuldade lingüística e lógica de manifestar um discurso diferente

e ainda tem os tabus sociais que reprimem as tentativas de se desvencilhar dos dois primeiros obstáculos anteriores. Podemos dizer que estes elementos presentes na consciência também estão presentes nas formas de discurso existentes em nossa sociedade.

Assim, o discurso é sempre um determinado discurso. Aqui podemos retomar a contribuição de Foucault sobre a interdição, a segregação, a rejeição. A classe dominante predomina em todas as instituições sociais, comandando o processo de produção e reprodução do discurso. O discurso científico, o discurso político, o discurso religioso etc., são controlados por aqueles que detêm o poder. Tomemos o exemplo do discurso científico. Não é qualquer discurso que consegue o *status* de científico e nem que atinge a legitimidade em sua esfera. O discurso científico delimita o seu campo de atuação e se auto-define, excluindo tudo o que escapa da camisa de força que ele produz. A ciência passa a ser cercada de um conjunto de critérios definidores (os chamados “critérios de cientificidade”), técnicas, objetivos, formas de procedimento, que tem o efeito de impedir a manifestação de um discurso crítico. A epistemologia e a metodologia são partes deste processo de interdição no discurso científico. Para muitos, por exemplo, o marxismo e a psicanálise, devido ao caráter subversivo do primeiro e do potencial crítico do segundo, não são discursos científicos, pois, para uns, não são “neutros” e, para outros, não podem ser “refutados” por pesquisas empíricas (não há como refutar a teoria do valor-trabalho ou a teoria do inconsciente através de dados empíricos). A interdição do discurso marxista e psicanalítico vem acompanhada pela rejeição destes e outras formas de discurso. Mas além disso atua a legitimação de uma forma de saber pelos especialistas nele, tal como colocou Bourdieu. Este autor contribui de forma especial quando alerta para o fato de que os discursos não servem somente à classe dominante mas também aos especialistas que os produzem (embora devamos acrescentar que tais especialistas, ao produzirem os seus discursos de acordo com os seus interesses, reproduzem os interesses da classe dominante, o que o próprio Bourdieu reconhece). Segundo Bourdieu,

“As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. Ter em mente que as ideologias são sempre duplamente determinadas – que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodicéia),

mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia da ‘criação’ e do ‘criador’) – é possível o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que servem (efeito de ‘curto-circuito’ freqüente na crítica ‘marxista’) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia)” (Bourdieu, 1989, p. 13).

Bourdieu também considera que existe uma homologia entre o campo da produção ideológica e o campo da luta de classes, sendo que o primeiro realiza uma “eufemização” do segundo, realizado “uma imposição mascarada”, não percebida nem pelos seus produtores. Assim, o discurso especializado reproduz as taxinomias políticas sob um sistema de classificação aparentemente neutro e legítimo (filosófico, jurídico, religioso etc.). No caso específico do discurso científico, temos uma disputa na comunidade científica (ou, segundo linguagem de Bourdieu, “campo científico”, que mereceria, por sua vez, uma análise do discurso...) que define o que é ciência e o que é legítimo (Bourdieu, 1994). Nesta disputa, o discurso científico se assume enquanto “verdadeiro”, “objetivo”, criando a ilusão da “ausência do sujeito” (Greimas, 1976).

Assim, Foucault e Bourdieu nos fornecem elementos para pensar a produção do discurso como produto das relações de poder na sociedade. Aqui podemos nos reencontrar também com Bakhtin e a teoria da luta de classes em torno do signo. Também nos reencontramos com a tese de Ardiner a respeito dos grupos silenciados. Segundo esta teoria, os grupos dominantes na sociedade silenciam a voz dos grupos dominados e a voz destes — quando aparece, nos raros casos em que isto ocorre — o faz sob a linguagem própria dos dominantes. Este silenciamento dos grupos dominados (Ardiner, apud. Moore, 1991) ou o predomínio da classe dominante na esfera do discurso (Bakhtin, 1990) são elementos que podem ser, juntamente com a tese de Bourdieu, integrados numa análise que se utiliza da concepção foucaultiana de discurso em sua relação com o poder.

No entanto, a resistência também ocorre na esfera do discurso. A resistência se forma a partir tanto no interior do próprio discurso dominante (científico, religioso, jurídico, artístico etc.) como também contra ele. No primeiro caso, muitas vezes o discurso crítico acaba sucumbindo e sendo assimilado pelo discurso dominante e, no segundo, ele é marginalizado socialmente, pois se institui fora das instituições sociais. Um exemplo do primeiro caso podemos encontrar no marxismo e sua relação com o discurso científico. O discurso científico possui uma formação conservadora por

natureza, expressa em alguns de seus princípios, tais como o da neutralidade, mas também em outros elementos, como sua identificação com o empírico, retirando da análise do real a categoria de possibilidade, e, por conseguinte, a sua historicidade.

O marxismo, ao contrário, nega a neutralidade (considerando ela impossível e ao mesmo tempo indesejável em certos casos, pois o que é obstáculo ao desenvolvimento da consciência não são os valores em si e sim determinados valores, especialmente os valores burgueses) e coloca como fundamental a categoria da possibilidade e a historicidade do real. No entanto, o marxismo acabou penetrando nas instituições acadêmicas e aí houve uma verdadeira luta cultural, onde, de um lado, os representantes das instituições e dos interesses da classe dominante buscaram rejeitar o marxismo ou assimilá-lo, transformando-o em mais uma forma, entre outras, de discurso científico.

É assim que Marx se torna um “clássico da sociologia” sem nunca ter sido sociólogo, bem como da economia, da ciência política, da filosofia. Aqui reside mais uma diferença entre marxismo e ciência: ele ao buscar abarcar a totalidade da vida social, torna todo o existente como seu domínio temático, não cabendo, tal como colocou Korsch (1977), em nenhuma das “gavetas” entre as intituladas ciências humanas, pois ele “passeia” por todas, não sendo um discurso especializado sobre uma parte recortada da realidade tal como as diversas disciplinas científicas. Ele foi integrado ao discurso dominante ou rejeitado, como não-científico.

O próprio marxismo teve consciência disto e isto foi expresso através de diversas formas. Para alguns, como Kautsky (1980), tratava-se de distinguir entre “ciência burguesa” e “ciência proletária”, bem como para vários pensadores do fim do século 19 e início do século 20. Esta solução, aparentemente agradável, pois atraía para o marxismo o *status* (socialmente supervalorizado) de ciência e ao mesmo tempo o distinguia da ideologia científica burguesa, apenas facilitou o processo de assimilação do marxismo pelo discurso dominante. Foi isto que permitiu o surgimento do chamado “marxismo acadêmico”, inteiramente subordinado ao discurso científico e, portanto, já totalmente assimilado pelo seu adversário. Daí nasceu a nova resistência, já esboçada por Karl Korsch, que já afirmava que o marxismo não poderia ser considerado uma ciência, no “sentido burguês do termo”. Posteriormente, outros marxistas irão retomar tal distinção visando impedir tal assimilação, tal como Fougeyrollas (1990), que

afirmou que “*o casamento do marxismo com as ciências sociais é tão impossível quanto o do fogo com a água*”.

Mas outras formas de discurso crítico também tiveram experiências semelhantes, tal como o caso do discurso feminista, anarquista, entre outros. O discurso feminista, por exemplo, conseguiu perceber o sexismo no discurso científico, “as críticas feministas revelaram numerosas instâncias em que as hipóteses que orientavam os cientistas condicionavam o tipo de resultados (ou realidades) que a pesquisa poderia produzir. E, porque essas hipóteses orientadoras representam perspectivas masculinas predominantes, as realidades científicas tipicamente suprimem a voz feminina” (Gergen, 1993, p. 50). No entanto, apesar desta concepção crítica da ciência, o trabalho de análise feminista continua no campo científico e subordinado a ele (reforçado pelos laços institucionais). Uma “epistemologia feminista” continua sendo uma epistemologia e continua no campo discursivo que busca se desvencilhar, o que significa que a ruptura parcial acaba integrando os “opostos”, limitando a crítica e a superação do discurso dominante.

Assim, o discurso contestador existe e às vezes é subordinado ao discurso dominante, perdendo sua radicalidade, às vezes resiste e cai na marginalidade, às vezes faz compromissos e realiza uma crítica parcial. Ele pode surgir sob diversas formas e possuir um nível mais ou menos elevado de articulação e complexidade (tal como no exemplo do discurso religioso contestador presente nas rebeliões camponesas na época de transição do feudalismo para o capitalismo).

Resta destacar o caráter mobilizador do discurso. Sem dúvida, a relação entre discurso e poder não pode ser vista apenas partindo da concepção de como as relações de poder constituem o discurso, mas é preciso perceber também como o discurso reproduz e assume, ele mesmo, a forma de uma relação de poder.

O discurso como sinal de distinção e superioridade social foi analisado por Bourdieu em seus vários escritos. Alguns pensadores já colocaram que o discurso científico produz práticas, técnicas e tecnologias que reproduzem o poder (Marcuse, 1982; Habermas, 1988). Mas esta análise do discurso científico se aplica também ao discurso religioso e a história é pródiga em mostrar o que um discurso pode fazer, tanto no sentido da conservação quanto da transformação. Neste sentido, “saber é poder”, tal como disse Bacon, mas em um duplo sentido.

No entanto, o próprio discurso pode ser uma manifestação do poder. O discurso censurador, por exemplo, é uma manifestação do poder. O discurso é censurado, mas não todo discurso, assim alguns discursos (e podemos dizer que alguns elementos gerais em todos os discursos), principalmente aqueles produzidos por indivíduos das classes exploradas e grupos oprimidos. O discurso da classe dominante e suas classes auxiliares não sofre tanta censura e, na maioria das vezes, são censuradores. Na concepção metafísica de Foucault, a censura simplesmente existe como se fosse algo característico do discurso e não um processo histórico e social. O discurso censurador impede a manifestação de outros discursos, cria determinados discursos e impede/produz determinadas ações. O discurso de um líder fascista é mobilizador e censurador dos discursos opostos.

Assim, o discurso é não só limitado por quem detém o poder, mas ele é reproduzidor do poder e uma de suas formas de manifestação. No entanto, não é todo o discurso, mas sim o discurso de quem detém o poder. O discurso dos explorados e oprimidos pode e muitas vezes é um discurso emancipador, quando ele rompe com a censura do discurso dominante ele se transforma num meio de libertação. Por conseguinte, é preciso saber qual discurso e de quem é o discurso para saber de suas tendências, reproduzidoras do poder ou questionadoras dele. O discurso de Marx sobre a Comuna de Paris, por exemplo, é emancipador, libertário. Por isso, o discurso pode tanto ser um reproduzidor do poder como ser crítico do poder, bem como ser manifestação do poder ou manifestação da luta contra o poder.

Educação, Linguagem e Preconceito Lingüístico

A relação entre educação e linguagem é extremamente complexa e é dela que deriva o chamado “preconceito lingüístico”. É por isso que iremos abordar, inicialmente, o problema da relação entre educação e linguagem e, posteriormente, o fenômeno do preconceito lingüístico.

A educação é um processo de socialização, no qual o indivíduo é socializado (Durkheim, 1978). Com o surgimento do capitalismo, surge uma instituição especializada neste processo de socialização, a escola (Ariès, 1986). Esta passa a desenvolver uma forma específica de educação, a chamada educação formal ou escolar. A educação escolar se fundamenta num processo seqüencial e cumulativo cujo objetivo fundamental é realizar a socialização básica do indivíduo em suas primeiras fases e socialização especializada em seus estágios mais avançados. A educação formal visa repassar valores, idéias, comportamentos e técnicas necessárias para a reprodução da sociedade. Mas trata-se de uma socialização diferencial, voltada para diferentes classes, grupos, etc. No caso das classes exploradas, trata-se de fornecer valores, idéias, comportamentos e disciplina necessários para a formação da força de trabalho, bem como, para seus setores mais especializados, saber técnico. Assim, existem escolas voltadas para a preparação de trabalhadores e outros setores desfavorecidos da sociedade e aquelas voltadas para os setores privilegiados. Além disso, neste processo seqüencial-cumulativo, os indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas, têm dificuldades crescentes em seguir adiante, havendo uma hierarquização neste processo: quanto mais privilegiado, mais fácil e provavelmente mais longe se vai neste processo e quanto menos privilegiado, mas difícil e provavelmente menos longe se consegue ir.

Um dos elementos que permite a progressão neste processo sequencial-cumulativo, que é um dos elementos que ajudam no processo de ascensão social, é a linguagem. A linguagem assume importância fundamental no processo educacional. Em primeiro lugar, temos uma distinção entre a língua popular e a língua culta, sendo que a escola vem para veicular esta última. Em segundo lugar, temos uma nova divisão, entre linguagem técnica-científica e linguagem comum (popular e culta). Estas formas de

linguagem marcam distinções sociais e são constituídas socialmente. Iremos analisar estes dois processos a partir de agora.

A língua popular é constituída socialmente a partir das relações sociais concretas, a partir da “prática”, diriam alguns. Ela se adequa à realidade, às necessidades, à tradição. Ela é principalmente oral. Com o surgimento da escrita, ligada ao processo de formação das classes sociais e da burocracia, temos a formação de uma língua chamada “cultura”, produzida pelas classes dominantes e ligada à escrita. Esta se torna a língua-padrão, isto é, um modelo que acaba sendo imposto pelas classes privilegiadas às demais classes sociais.

A relação entre escrita e surgimento das classes sociais necessita de um aprofundamento. Para alguns estudiosos a língua escrita tem sua origem na Suméria, Egito, Índia, China e algumas outras localidades (Higounet, 2003). Nestes locais predominava o modo de produção tributário (ou, segundo expressão de Marx, “modo de produção asiático”), uma das primeiras formas de sociedade de classes. Max Weber aponta os letrados chineses como grupo dominante no modo de produção tributário chinês, colocando que sua posição social está ligada à sua educação literária. Para Weber, sua posição social “se baseava neste conhecimento da escrita e da literatura” (Weber, 1976, p. 472). Os letrados chineses faziam parte da burocracia tributária, a classe dominante neste modo de produção, tal como colocou Marx em seus escritos sobre o modo de produção asiático². A escrita, na China, era uma fonte de legitimação da dominação burocrático-tributária

A língua escrita passa a ser o parâmetro da língua dos dominantes e esta passa a cada vez mais se distinguir da língua popular. Esta língua passa a ser regida por normas e valores que apontam para sua superioridade. O domínio da escrita se torna instrumento de poder e o modelo de linguagem produzido a partir dela passa a ser mais uma forma de reproduzir as relações de poder. A língua escrita pode servir aos interesses dominantes sob formas diferentes. Uma das formas ocorre quando ela é monopolizada pelos grupos dominantes (Weber, 1976)³ e outra é quando se torna modelo para controlar as manifestações variadas da linguagem:

² Esta tese, defendida inicialmente por Marx (cf. Godelier, Marx e Engels, 1966) foi retomada e desenvolvida por outros autores (Sofri, 1977; Garaudy, 1974; Chesnaux, 1969; Garaudy, 1978).

³ Weber afirma que um plebeu poderia adquirir o mesmo prestígio que um erudito desde que conseguisse dominar a escrita, o que, no entanto, era extremamente difícil devido o sistema de escrita chinês com seu caráter pictórico. No entanto, na Índia, devido aos atributos mágicos das antigas escrituras, isto era impossível (Weber, 1976). Segundo Lefebvre, “a escrita cabe por herança a grupos privilegiados:

“A língua escrita contribuiu para fixar até certo ponto a língua falada e mesmo, algumas vezes, para estendê-la a populações que falam dialetos ou línguas diferentes. É o caso do hindi na Índia, que se choca, no entanto, com forte resistência, não somente por parte dos muçulmanos do Paquistão, onde se fala o urdu, mas também nas regiões meridionais da península-continente, onde domina idiomas dravídicos” (Cuvillier, 1975, p. 183).

É a partir da língua escrita que se produz a gramática. A gramática manifesta uma formalização da língua, tomando por base a escrita, que serve para normatizar o processo de utilização da língua. Suas origens remotas se encontram na Grécia antiga, e era utilizada não para os gregos mas para os “estrangeiros”, os “bárbaros”. Esta origem aparentemente neutra revela na verdade o predomínio lingüístico grego se manifestando via imposição formal da assimilação desta língua. A partir da formação da língua escrita e de sua formalização teremos a origem da chamada “língua culta” ou “língua-padrão”. A acessibilidade a esta língua-padrão é socialmente determinada: os indivíduos das classes dominantes e/ou de suas classes auxiliares serão os responsáveis por sua produção e por sua reprodução⁴, isto é, por seu uso, bem como por sua valorização. Assim, a língua-padrão passa a ser considerada “superior”, “correta”, “bela”, ou até mesmo “a língua” e não uma de suas formas.

Com o surgimento do capitalismo, a situação se complexifica e as relações entre linguagem e poder se tornam mais intensas. A transformação lingüística com a emergência do modo de produção capitalista é acompanhada pelo processo constante de expansão e universalização do capitalismo, o que gera um processo de subordinação de modos de produção e, posteriormente, a formação de sociedades capitalistas subordinadas. Este processo se torna explícito com a chamada colonização e, posteriormente, com o imperialismo. O processo de expansão e universalização do capitalismo realiza não somente uma subordinação mas também a necessidade de uma maior homogeneidade cultural, convivendo, evidentemente, com uma grande heterogeneidade. Isto se reflete no mundo da linguagem. A invenção da imprensa contribui para a ampliação do acesso à escrita. Os países imperialistas realizam uma

escribas, padres, administradores. Dotam-na dum prestígio fabuloso: as Escrituras, as inscrições, os textos sagrados” (Lefebvre, 1966, p. 314).

⁴ No pré-capitalismo o acesso à escrita era um privilégio de uma minoria, embora rudimentos de escrita fossem acessíveis a uma parcela maior da população

ampla colonização cultural e juntamente com isso realiza imposições lingüísticas. As línguas dominantes são as línguas dos países dominantes⁵.

Em segundo lugar, a sociedade capitalista possui uma nova classe dominante, a burguesia, que busca, em luta contra a nobreza, se distinguir e buscar criar “áurea” em torno de si para compensar os atributos nobres de sua classe rival e fez isto através das artes e da cultura. Uma das formas em que isso ocorre é através da linguagem. É neste momento que surgem as obras literárias que servirão de modelos para a língua-padrão. É isto que permite a criação de expressões como a “língua de Camões” (português), a “língua de Cervantes” (espanhol), ou seja, as consideradas “grandes obras literárias” se tornam o modelo exemplar a ser seguido. A distinção, no entanto, logo passa a ter como alvo outra classe social: o proletariado. Com o surgimento do movimento operário, das idéias socialistas, e das lutas sociais autônomas do proletariado, a burguesia passou a buscar se distinguir também daqueles que não tinham acesso ao mundo cultural e artístico produzido pela sociedade moderna. Os valores burgueses apontavam para a necessidade de uma “cultura superior”, e este modelo de cultura passou a ser não só valorado mas imposto, servindo de critério para a ascensão social, significando mais um obstáculo para a ascensão social dos indivíduos oriundos das classes exploradas (proletariado, campesinato).

Em terceiro lugar, a partir disto, e juntamente com a formação do sistema escolar, a formalização da língua através da gramática moderna e de outros instrumentos análogos, transforma definitivamente a língua da classe dominante em língua-padrão. O sistema escolar passa a realizar a imposição da língua-padrão, que é a língua utilizada nos meios burgueses e nos extratos superiores dos meios intelectuais. A família passa a ser um veículo de transmissão do “capital lingüístico” (Bourdieu & Passeron, 1982; Marcellesi e Gardin, 1975; Bernstein, 1982) e assim mantém vantagens para os indivíduos das classes sociais privilegiadas.

Aqui temos a relação escola-linguagem. A linguagem é um instrumento fundamental para a reprodução da cultura moderna, burguesa, e também está envolvida

⁵ Esta é a razão da hegemonia lingüística daqueles impérios ou países dominantes em determinadas épocas históricas, tal como no caso do inglês na atualidade, pois a língua das duas grandes potências da era moderna, Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos, acabam adquirindo a supremacia mundial. Tendo em vista isto, muitos chegaram a propor transformações lingüísticas, tal como a criação do Esperanto, realizada por Zamenhof, que, não pertencendo a país nenhum e de fácil aprendizagem (possui apenas 16 regras gramaticais), seria uma possibilidade de superação da hegemonia lingüística dos países dominantes.

nas lutas sociais, na competição social, na busca de distinção e ascensão social. Mas a língua-padrão é apenas mais um elemento nesta luta, pois existem vários outros, como, por exemplo, a luta em torno do significado das palavras (Bakhtin, 1990), que, no entanto, não é tema do presente trabalho.

O desenvolvimento da língua-padrão é acompanhado pelo desenvolvimento das línguas especializadas. Com a ascensão do capitalismo, temos um processo de crescente divisão social do trabalho e especialização. A sociedade capitalista é aquela que ampliou em escala nunca antes vista na história da humanidade a divisão social do trabalho. Isto vai gerar, na esfera da linguagem, diversas linguagens especializadas: a linguagem técnica (jurídica, médica, etc.), a linguagem científica (das diversas ciências particulares, tais como as da biologia, astronomia, economia, sociologia, geografia, psicologia, entre outras), as diversas manifestações da linguagem filosófica (filiadas às diversas correntes filosóficas ou de filósofos individuais que criam sua própria linguagem).

Estas linguagens especializadas irão ser reproduzidas nas instituições voltadas para a formação dos profissionais que as utilizarão, a escola. Aqui temos mais uma relação entre escola e linguagem. A escola irá “iniciar” os não-iniciados na língua especializada de sua ciência ou profissão, e somente aqueles que conseguem assimilá-la, bem ou mal, é que tem a grande possibilidade de exercício da profissão, ou de ficar no cume da hierarquia profissional, ao lado, obviamente, dos outros esquemas de reprodução dos grupos dominantes (formalismo, tecnicismo, cooptação, troca de favores, etc.).

E isto se torna ainda mais relevante para nossa discussão se lembrarmos que uma das ciências particulares produzida é a lingüística. É no interior desta ciência particular que irá se produzir o processo de formalização da língua e o desenvolvimento da gramática. Doravante, o problema da linguagem não é mais de todos e sim dos especialistas, que é apenas mais uma face do que Weber denominou processo de racionalização e burocratização do mundo (Weber, 1987).

Assim temos, por um lado, a criação de diversas ideologias da linguagem e, por outro, a gramática normativa. A lingüística estruturalista é um exemplo de ideologia da linguagem (Lefebvre, 1966), entendendo por ideologia uma inversão da realidade (Marx e Engels, 2002). Outras manifestações ideológicas referentes à linguagem podem ser encontradas com o objetivo de legitimar a dominação.

Este é o caso de Joseph Stálin e seu ensaio *A Propósito do Marxismo em Lingüística*, que afirma partir do ponto de vista da teoria marxista e conclui, totalmente ao contrário dela, que a língua não é uma superestrutura e nem um fenômeno de classe (Fiorin, 1995; Marcellesi e Gardin, 1975). É claro que muitos explicariam este posicionamento pela reconhecida fraqueza teórica de Stálin. No entanto, esta ideologia não se faz a partir de meros equívocos de um pensador e sim a partir de interesses específicos. A URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na época, era um conjunto de repúblicas dominadas pela Rússia, que após a revolução de 1917 implantou um regime de capitalismo de estado, que muitos denominam “socialismo real”, e tal dominação se refletia na língua: a língua russa era imposta aos dialetos e outras línguas das demais repúblicas. Para esta imposição lingüística se desvincular da exploração e dominação da república russa sobre as demais “repúblicas soviéticas” foi preciso criar uma ideologia para autonomizar a linguagem, desvinculando-a da dominação, das classes sociais, e por isso ela não poderia ser considerada uma “superestrutura” ou um “fenômeno de classe”. Stálin simplesmente manifestou um interesse prático da burguesia de Estado que ele representava ideologicamente⁶.

O outro aspecto deste processo é mais prático, voltado para a imposição da língua-padrão, o que proporciona o desenvolvimento da gramática normativa. A gramática passa a ser desenvolvida e os gramáticos passam a querer impor suas regras a todos. Ernest Renan, em um ensaio de 1848 denunciava a gramática e as “línguas artificiais”:

“Os mais belos e ricos idiomas nasceram com todos os seus recursos de uma elaboração silenciosa e inconsciente de si mesma. Ao contrário, as línguas manipuladas, torturadas, feitas artificialmente pela mão do homem, trazem a marca dessa origem na sua falta de flexibilidade, na sua construção penosa, na sua ausência de harmonia. Todas as vezes que as gramáticas tentaram premeditadamente reformar uma língua, só fizeram torná-la mais pesada, sem expressão e muito menos lógica que a mais simples gíria” (Renan, 1950, p. 76).

No entanto, Renan, continuando seu argumento, também aponta para a crítica aos gramáticos e mostra suas tentativas de “reformatar a língua”:

“Leiam-se, por exemplo, as notas acrescentadas por Duclos à Gramática Geral de Port-Royal: talvez a pretensão de criticar a natureza, que dominou o século 18, jamais tenha sido tão ingenuamente declarada. A cada instante o acadêmico procura mostrar as inconseqüências e os erros contidos na língua tal como o povo a criou. Sorri da esquisitice do seu uso, e gostaria

⁶ Há vários autores que desenvolveram a tese do caráter capitalista da Rússia e da antiga URSS e da burocracia como “nova” classe dominante, tais como Korsch (Jerome e Buick, 1977), Pannekoek (Jerome e Buick, 1977), Bordiga (Bernardo, 1975), João Bernardo (1975), Charles Bettelheim (1978), entre inúmeros outros.

de corrigir os desregramentos por meio da razão dos gramáticos, sem compreender que tudo aquilo que ele quer suprimir é preferível comumente ao que quer introduzir em substituição” (Renan, 1950, p. 76-77).

Assim, a educação escolar se torna o veículo da reprodução da linguagem especializada e da língua-padrão, em contraposição à linguagem considerada “popular”. A escola que se torna, na sociedade moderna, o meio transmissor destas linguagens, e a instituição que impõe a gramática e a língua-padrão⁷.

Agora, depois destas palavras introdutórias sobre a relação educação e linguagem, podemos passar para a questão do preconceito lingüístico. O preconceito lingüístico é apenas mais uma dentre as inúmeras formas de preconceito. No entanto, esta forma de preconceito possui uma relação muito estreita com o processo educacional, já que a escola é o meio de transmissão e imposição da língua-padrão, oficial.

Mas antes de prosseguirmos seria bom explicitar o que é preconceito lingüístico. O preconceito lingüístico é a consideração de que as formas de expressão lingüísticas dos outros são inferiores, “deselegantes”, “erradas”, “feias” e os seus usuários são “mal-educados”, “ignorantes”, sem instrução, sem cultura. Em contrapartida, a manifestação lingüística própria é considerada “superior”, “correta”, “bela” e seus usuários “educados”, “elegantes”, “instruídos”, “cultos”. Mas todo preconceito é uma relação social, onde se encontram frente a frente aquele que tem uma concepção preconceituosa e os que são as vítimas do preconceito. Assim, é preciso descobrir a gênese do preconceito, isto é, porque determinadas pessoas produzem uma concepção preconceituosa.

A gênese do preconceito lingüístico se encontra em uma série de determinações. A primeira reside na distinção existente na linguagem. Esta é uma das condições de possibilidade do preconceito lingüístico. Somente a partir do momento em que existe uma distinção nos modos de expressão é que se torna possível tal forma de preconceito. A distinção lingüística existe desde que populações com línguas diferentes se

⁷ Este processo que faz da gramática um sistema normativo cada vez mais organizado vai se desenvolvendo historicamente e sua consolidação se dá com o processo de burocratização crescente das relações sociais na sociedade capitalista (Dacanal, 1985). Segundo Bram, “todas as gramáticas devem ter sido, originalmente, concebidas como estudos descritivos das formas correntes. Muito cedo, contudo, se transformaram em códigos prescritivos para uma aplicação correta. Em determinada época, um conflito surgiu entre o caráter dinâmico e em constante mutação das línguas faladas e as influências restritivas e opressoras de diversas gramáticas sentenciosas. Este conflito se fez sentir em todas as nações da Europa, de vez que elas estavam sujeitas ao impacto das tradições clássicas” (Bram, 1968, p. 30). Dacanal apresenta uma posição diferente de Bram, argumentando que a gramática descritiva é também normativa, embora de forma sutil (Dacanal, 1985), e por isso podemos distinguir entre gramática normativa descritiva e impositiva, sendo que a primeira normatiza através da descrição e a segunda pela imposição.

encontraram. No entanto, o preconceito lingüístico tem suas bases mais firmes estabelecidas após o processo de colonização, isto é, quando a expansão capitalista começa a atingir todo o planeta. Os gregos já demonstram elementos que podem ser interpretados como sendo preconceito lingüístico mas com a ascensão e expansão capitalista, e o processo de colonização que lhe acompanha, a frequência e intensidade deste processo aumentam.

O forte do preconceito lingüístico ocorre dentro de um mesmo Estado-Nação. Este fato pode ser mais intensivo em países de unificação tardia, ou onde convivem vários dialetos, mas está presente em todos os países, mesmo os que possuem maior homogeneidade lingüística. Assim, a base social e concreta do preconceito lingüístico é a dominação cultural e a imposição lingüística derivada dela:

“A língua dominante é – ou tende a ser – sempre a língua daqueles que detêm o poder econômico, social e político. Contudo, este fenômeno, na prática, apresenta-se em formas bastante complexas, resultantes de características assumidas pelas respectivas comunidades ao longo de sua evolução. Um caso clássico é o da língua latina e das que dela resultaram ou substituíram. O latim, instrumento, tanto quanto as frotas e as legiões, da expansão do Império Romano, desintegrou-se juntamente com este. Preservado por uma reduzíssima elite, quase que exclusivamente ligada à igreja, resistiu por longo tempo mas fossilizou-se como língua, tendo como tal desaparecido junto com a estrutura político-administrativa do Império, soterrado, *ex aequo*, pela crise interna e pela avalanche bárbara. Ao final da Idade Média, ao se organizarem lentamente os grandes Estados nacionais do Ocidente europeu, formam-se também as línguas até hoje dominantes na região e nas zonas de expansão colonial posterior. Por volta de meados do segundo milênio, o italiano, o francês, o inglês, o português e o espanhol apresentavam-se definitivamente estruturados, em alguns casos sobrepondo-se a um número considerável de variantes, permanecendo praticamente idênticos até hoje. É claro que não é mera coincidência que tais línguas – ou as variantes delas – tenham sido e sejam aquelas das elites que montaram a base das estruturas do poder político e administrativo daqueles Estados nacionais” (Dacanal, 1985, p. 19-20).

Explicar isto remete ao entendimento da divisão social no interior de uma sociedade e em suas ressonâncias na esfera da linguagem. Trata-se do preconceito originado da distinção entre a “língua culta” e a linguagem coloquial, ou a normatização da linguagem e a distinção entre “certo” e “errado”. Tal preconceito tem origem no processo de normatização da língua feita pelo sistema escolar e pelos setores intelectualizados da sociedade. As classes sociais privilegiadas incorporam a chamada “língua culta” e a tomam como uma distinção social que reforça seu *status* privilegiado, concebendo como detentora de “cultura” e superior socialmente.

A sociedade moderna tem na competição um dos traços mais característicos de sua sociabilidade (Viana, 2002; Fromm, 1976; McClelland, 1972) e isto se reflete

também na formação de preconceitos e nas disputas no interior da sociedade. O preconceito lingüístico acaba assumindo a força de uma arma para ganhar a competição e para buscar uma situação e posição melhor na hierarquia social. Isto ocorre em todas as sociedades fundadas sob o modo de produção capitalista e se reproduz em todos os setores sociais. Mesmo os indivíduos das classes menos privilegiadas reproduzem isto. Assim, alguns indivíduos provenientes destas classes, ao terem acesso ao ensino escolar e introjetar os valores repassados por ele, acaba reproduzindo tal preconceito em relação até mesmo aos seus familiares e pessoas de suas relações pessoais.

Mas o preconceito lingüístico assume um papel especial no sistema escolar. A língua-padrão é imposta a todos os alunos, inclusive aqueles provenientes das classes menos favorecidas, que não possuem o domínio desta. O capital lingüístico daqueles que são provenientes das classes privilegiadas garante a eles uma “vantagem competitiva” no interior da competição escolar, o que contribui, como já destacaram os sociólogos Bourdieu e Passeron (1982), a reprodução da divisão de classe e das desigualdades sociais.

O capital lingüístico e cultural é derivado do processo de socialização. A instância inicial deste processo é a familiar. É no interior desta que a criança aprende a falar, isto é, utilizar a linguagem. Também a comunidade circundante exerce um papel neste sentido. A família, por sua vez, reproduz a cultura da classe social à qual ela pertence. Assim, como o sistema escolar impõe, através da violência cultural, a cultura dominante – e também a língua dominante –, haverá um conflito entre o capital lingüístico da criança e a língua-padrão, dificultando o processo de aquisição do saber escolar. Desta forma, a imposição da língua padrão, mais um ato de violência realizado contra as crianças das classes exploradas e grupos oprimidos, é também um meio de seleção social no qual os indivíduos das classes privilegiadas possuem ampla vantagem. Assim, a língua-padrão também se revela um instrumento de seleção social. A supremacia da língua-padrão é expressa nos valores dominantes e também nos termos criados para expressá-las, derivados destes mesmos valores: língua culta, norma culta. Ou seja, a língua-padrão é “cultura” enquanto que a língua que não é padrão, é “coloquial”, “cotidiana”, “comum”, logo, “vulgar” e “inculta”.

O sucesso escolar, desde os níveis mais elementares, tem forte influência da língua-padrão e, nos níveis técnico e científico, da língua especializada. Da mesma forma, a não assimilação da língua-padrão dificulta o processo de escolarização. A

competição social na escola tem no domínio da língua-padrão uma de suas formas de manifestação.

Assim, considerar que a fonte do preconceito lingüístico reside no “círculo vicioso” da gramática tradicional, métodos tradicionais de ensino e livros didáticos, complementado pelos “comandos paragramaticais” (Bagno, 2003), significa confundir a determinação imediata com determinação fundamental⁸. A gramática tradicional é constituída socialmente e expressa concepções, valores e interesses. O seu processo de constituição social é derivado dos interesses daqueles que a produzem, integrantes das classes auxiliares da burguesia, o que significa que compartilha os mesmos interesses gerais que esta.

O ensino tradicional não se inspira na gramática tradicional. O que o autor quer dizer é que o ensino tradicional de língua portuguesa é inspirado na gramática tradicional. Na verdade, a gramática tradicional, isto é, normativo-prescritiva, é um produto histórico que tem sua origem na mesma época que o ensino tradicional. A reprodução de ambos é produto de condições sociais que devem ser analisadas mas tal análise deve ser realizada em conjunto e não isolando estes dois aspectos da realidade e ao notar a semelhança deduzir que uma se inspira na outra.

Os livros didáticos também se inserem no mesmo processo, pois a existência de uma “indústria do livro didático” não determina em si o caráter e conteúdo destes livros. Se o livro didático de língua portuguesa se fundamenta na gramática tradicional, isto se deve ao processo de formação dos seus autores, ao problema da recepção e adoção dos livros, etc. Isto quer dizer que se trata de um processo social muito mais complexo.

Os comandos paragramaticais, constituído por um “*arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone*” (Bagno, 2003, p. 76-77), também se inserem neste contexto social de competição, burocratização e dominação de classe. Obviamente que existem interesses específicos, como, por exemplo, a vendagem de livros pelo mercado editorial e a busca de audiência pelas Redes de Televisão.

⁸ A determinação imediata aparenta desencadear um fenômeno enquanto que, na verdade, devido sua relação mais imediata com ele é apenas um meio de realização da determinação fundamental, que é aquela que realmente engendra o fenômeno. Na verdade, a determinação imediata também foi gerada, e por uma determinação mais profunda, que é a determinação fundamental (Viana, 2001).

A fonte do preconceito lingüístico é mais profunda e engloba estes elementos, que, por sua vez, também são determinados pelos processos sociais mais amplos e que fazem parte dos elementos constituintes da sociedade moderna.

Assim, o preconceito lingüístico está intimamente relacionado com as características fundamentais da sociedade moderna e tem no sistema escolar sua base concreta de reprodução. Esta constatação coloca um problema para aqueles que partem de uma perspectiva crítica do normativismo: qual posição tomar diante deste processo de violência lingüística gerador de preconceito lingüístico?

Bagno afirma que a norma culta não é um instrumento de ascensão social. Se assim fosse, os professores de língua portuguesa deveriam estar no topo da pirâmide social. Para um indivíduo sem condições de saúde, habitação e salários, entre outros fatores, dignos, não adianta nada dominar a língua-padrão. A posição assume tons radicais:

“Como é fácil perceber, o que está em jogo não é a simples ‘transformação’ de um indivíduo, que vai deixar de ser um ‘sem-língua padrão’ para tornar-se um falante da variedade culta. O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a ascensão social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua” (Bagno, 2003, p. 71).

Qual é, então, a solução? Bagno afirma que é necessário escrever uma nova gramática, uma mudança de atitude e sabotagem do preconceito lingüístico. Vejamos de forma detalhada os dois primeiros itens:

“É preciso escrever uma gramática da norma culta brasileira em termos simples (mas não simplista), claros e precisos, com um objetivo declaradamente didático-pedagógico, que sirva de ferramenta útil e prática para professores, alunos e falantes em geral. Sem essa gramática que nos descreva e explique a língua efetivamente falada pelas classes cultas, continuaremos à mercê das gramáticas normativas tradicionais, que chamam erradamente de norma culta uma modalidade de língua que não é culta, mas sim cultuada: não a norma culta como ela é, mas a norma culta como deveria ser, segundo as concepções antiquadas dos perpetuadores do preconceito lingüístico” (Bagno, 2003, p. 114-115).

Enquanto esta gramática não é escrita, continua Bagno, é preciso mudar de atitude, aumentando nossa auto-estima lingüística e cabe ao professor de língua portuguesa “refletir” ao invés de “repetir” – e estas proposições são aprofundadas em outro texto, colocando que o ensino da língua deve se fundamentar no letramento e na reflexão lingüística (Bagno, 2002), o que é, sem dúvida, um avanço no ensino da língua.

Complementando isto, seria necessário sabotar o “preconceito lingüístico” através de várias estratégias apontados pelo referido autor.

Uma posição diferente é a de Dacanal. Para ele, a língua é sinal e reflexo das estruturas de uma sociedade e de sua evolução, mas também um instrumento de dominação e exercício do poder. Numa sociedade de classes, a passagem de um indivíduo das classes inferiores para a superior só é permitida se ele dominar a variante da classe ou grupo superior. A partir destas reflexões complementares, ele conclui o seguinte:

“Por isto, numa sociedade de classes ou grupos rigidamente compartimentados pode ser, a partir de determinada visão ético-política, uma iniquidade de filisteu humilhar uma pessoa ou um aluno por falar ou escrever *errado*. Mas é uma iniquidade muito maior levá-los a acreditar que é isto que devem continuar fazendo. Porque a primeira atitude é e será sempre produto exclusivo da ignorância, da ingenuidade, da irreflexão ou, no pior dos casos, do desprezo do fariseu pelo publicano, para usar a parábola evangélica. A segunda atitude pode ser também apenas isto, mas não necessariamente. Pois nada impede que ela seja politicamente planejada com o objetivo de usar a língua como arma de barragem a um possível – mesmo que altamente improvável – processo de ascensão na escala social” (Dacanal, 1985, p. 18).

Marcos Bagno pensa que é necessário a transformação social para resolver isto e não a transformação individual, através da assimilação da língua-padrão. O domínio desta não serve como instrumento de ascensão social. Mas depois de tal afirmação radical, ele fala em uma “nova gramática” que deve ser escrita e baseada na fala efetiva das classes cultas. Ou seja, aqui não se pensa mais em transformação social e a radicalidade deslizou-se para um neoconservadorismo: devemos substituir a gramática normativa tradicional por uma nova gramática baseada no falar das “classes cultas”... Enquanto isto não ocorre, trata-se de mudar de atitude e sabotar o preconceito lingüístico, isto é, manter tudo como está, mudando apenas a forma de encarar a linguagem coloquial. A posição posterior, enfatizando o letramento e a reflexão lingüística, proporciona uma concepção mais adequada da prática do ensino da língua (Bagno, 2002).

José Dacanal também inicia sua abordagem com uma reflexão radical, apontando para a ligação entre língua e dominação de classe. Mas depois se limita a ver o processo de ascensão social do indivíduo e por isso sua proposta é o ensino da língua-padrão, ou como ele diz, código urbano culto. A explicação desta posição contraditória pode ser visto em sua tese de que a dominação existe e “sempre existirá” (sic), ou seja, a

transformação social é impossível e por isso é preciso pensar na ascensão social dos indivíduos das “classes inferiores”.

As duas posições são insuficientes. É preciso combater o preconceito lingüístico, tal como coloca Bagno e também é preciso trabalhar a língua-padrão, como coloca Dacanal. O problema é se limitar a isto e não propor uma transformação radical da língua-padrão no contexto atual e abandonar o projeto de transformação social.

Na sociedade capitalista, como coloca Dacanal, a existência de uma língua-padrão é inevitável. Assim, a solução mais coerente seria propor o combate ao preconceito lingüístico articulada com um projeto de profunda reforma da língua-padrão, não da forma proposta por Bagno, isto é, inspirada no falar efetivo das classes “cultas” e sim num processo de uma nova gramática fundada na flexibilidade e na redução de seu arsenal normativo. A reforma da língua-padrão, dotando-a de maior flexibilidade e englobando a linguagem coloquial, seria uma forma de corroer o preconceito lingüístico e como a língua oficial é regularizada pelo Estado, via poder legislativo, a própria população, especialmente as classes sociais desfavorecidas, com o apoio daqueles que dizem representar seus interesses, podem pressionar e lutar por isso, sendo algo realizável. Isto, sem dúvida, beneficiaria os indivíduos provenientes das classes sociais desfavorecidas sob várias formas, mas o fundamental é que lhes forneceria melhores condições de lutar pela transformação social.

Linguagem, Poder e Relações Internacionais

As relações entre poder e linguagem já foram abordadas por muitos autores e expressam uma preocupação com a questão cultural na sociedade moderna. A linguagem não é neutra e nem está acima das lutas sociais, mas, ao contrário, é perpassada por estas lutas, é expressão delas e toma parte nelas. Um conjunto de pensadores contribuiu, de uma forma ou de outra, para pensar as relações entre linguagem e poder, tal como Foucault (1996); Bakhtin (1990); Fromm (1979); entre outros.

No entanto, os aspectos envolvidos no interior da relação linguagem e poder são muitos e nem todos foram enfatizados. Assim, Foucault focaliza a questão da censura no discurso; Bakhtin analisa a luta de classes em torno dos signos; Fromm observa a existência de um filtro social do discurso; e assim por diante. A nossa pretensão, no presente texto, é abordar a questão da linguagem e poder relacionada com as relações internacionais, bem como apontar para uma perspectiva de superação da dominação lingüística. Isto significa que iremos enfatizar as relações lingüísticas entre os Estados-Nações e entre estes e determinadas etnias e não a relação de etnias entre si, embora possamos lançar mão de comparações que possam ser esclarecedoras. Isto significa também uma delimitação temporal, isto é, iremos abordar as relações lingüísticas a partir da emergência dos Estados-Nações, ou seja, do capitalismo, e não em períodos históricos anteriores.

Desenvolvimento Capitalista e Dominação Lingüística

Partiremos aqui de uma periodização do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial e das relações lingüísticas que lhes são correspondentes. Para isso, a contribuição de Calvet (2004) é fundamental. Calvet parte de uma discussão sobre glotofagia⁹ para discutir as relações lingüísticas instauradas a partir do processo de colonização. O capitalismo nasce a partir da acumulação primitiva de capital, no qual o capital industrial é incipiente mas tem sua supremacia garantida pela supremacia do capital comercial (Marx, 1988; Viana, 2003). O chamado “sistema colonial” abre um

⁹ Glotofagia (Etimologicamente: língua = gloto e comer = fagia) significa a deglutição de uma língua.

processo de exploração internacional que marca um início de um processo constante e ininterrupto de reconversão capitalista. Os países capitalistas imperialistas subordinam os demais países e produzem modos de produção subordinados que vão, paulatinamente, se constituindo enquanto modo de produção capitalista subordinado. Este é o caso do escravismo colonial (vigente no Brasil e Estados Unidos), que era um modo de produção subordinado que foi substituído por um capitalismo igualmente subordinado. A partir da implantação do capitalismo nos países subordinados, o seu desenvolvimento passa a seguir a lógica da subordinação¹⁰.

Assim, o processo de desenvolvimento capitalista segue uma dinâmica espontânea, marcada pela reprodução do processo de produção e reprodução do capital que gera a acumulação de capital, bem como conseqüências e necessidades derivadas (reprodução ampliada do capital, reprodução ampliada do mercado consumidor, tendência declinante da taxa de lucro, desenvolvimento tecnológico, etc.), que é abalada pelas lutas de classes, na qual o movimento operário cria obstáculos para este desenvolvimento espontâneo, proporcionando novas contradições e abrindo espaço para possíveis revoluções e rupturas, o que gera uma rearticulação do modo de produção capitalista. Assim, a história do capitalismo é marcada pela sucessão de regimes de acumulação que significam não somente mudanças no processo de produção como também na esfera estatal e nas relações internacionais. Aqui focalizaremos apenas as mudanças nas relações internacionais e deixaremos de lado, na medida do possível, as demais mutações nos regimes de acumulação.

O primeiro estágio das relações internacionais com a emergência do capitalismo é o colonialismo, durante a acumulação primitiva de capital, e este é substituído pelo neocolonialismo, já no regime de acumulação extensivo (que entra em crise no século 19) e, posteriormente, que se vê suplantado pelo imperialismo financeiro do regime de acumulação intensivo (até início do século 20) e, posteriormente, pelo regime intensivo-extensivo (em declínio a partir da década de 60) que é acompanhado pelo imperialismo oligopolista e, por último, pelo regime de acumulação integral, o regime atual, iniciado

¹⁰ Isto significa que discordamos da tese de que o capitalismo “periférico” ou “subdesenvolvido” não pode se desenvolver. Na verdade, o que ocorre é um desenvolvimento subordinado e este se caracteriza pela reconversão capitalista, um processo de modernização marcado pela subordinação. Este processo, no nível da produção capitalista, ocorre com a passagem da exportação exclusiva de matérias-primas para produtos industrializados, que, no entanto, para se realizar, passa a necessitar de meios de produção que devem ser importados e assim sucessivamente, isto é, a relação de subordinação e a tecnologia inferior continuam existindo.

na década de 80 do século 20, e que institui um neoimperialismo (Viana, 2003; Viana, 2009). Este processo de mudança nas relações internacionais não ocorre apenas na esfera da produção e reprodução do capital, mas também nas demais esferas da vida social, incluindo a cultura e, mais especificamente, a linguagem.

Como bem observou Calvet, o colonialismo reproduz nas colônias a divisão de classes sociais e cria fenômenos “secundários” pouco analisados pelos pensadores que se dedicaram ao estudo do imperialismo (Lênin, Bukhárin). E neste processo se incluem as relações lingüísticas. A subordinação social é acompanhada por uma subordinação lingüística. Esta, como coloca Calvet, se inicia com o “direito de nomear”. Os contatos entre colonizadores e colonizados é marcado pelo preconceito étnico e por ideologias justificadoras da “inferioridade” dos colonizados. Os colonizadores manifestam um menosprezo pela cultura autóctone e isto se revela na questão dos nomes atribuídos aos colonizados.

Em primeiro lugar, há um desprezo pela autodenominação dos colonizados, que são simplesmente ignorados. Em segundo lugar, eles são nomeados arbitrariamente. Os habitantes do Brasil foram chamados índios, devido ao fato dos portugueses pensarem que haviam chegado às Índias, embora esta denominação não fosse nem dos nativos brasileiros e nem dos “índianos”... A origem do nome da República dos Camarões também é reveladora. Calvet coloca que os primeiros navegadores portugueses denominaram o Rio Wuri como “Rio dos Camarões”, isto porque os marinheiros viram camarões neste rio. Assim, este nome passou a designar a região: *Camerones*, em espanhol; *Cameroons*, em inglês; *Kamerum*, em alemão; e *Cameroun*, em francês. Assim, continua Calvet, os Kotoko, os Bamilekê, os Fang, os Fali e os Duala são chamados de “camaroneses”.

Outro exemplo citado por este autor no que se refere ao direito de nomear se encontra na origem da palavra “canibal”, que significa hoje “antropofagia”, o hábito de comer carne humana. Este termo surge pela primeira vez no Diário de Navegação de Cristóvão Colombo que une a palavra caribe e a informação de que os caribes comem carne humana, criando a expressão “canibal”. Assim, Calvet cita um dicionário etimológico francês que explica que “*cannibale*” é um empréstimo do espanhol “*canibal*”, que tem sua origem em “*caribal*”, que vem do Caribe, palavra cuja origem se encontra na língua dos caribes. Assim, o sentido original da palavra se perde e autodenominação é substituída por uma heterodenominação que se torna pejorativa e

acaba sendo generalizada para outros povos colonizados, agora todos denominados “canibais”...

O direito de nomear significa que a autodenominação nativa é subjugada pela hetero-denominação. Assim, o Um define o Outro, como já dizia Simone de Beauvoir (1978) ao se referir às relações homem-mulher. A mulher se define pela definição do homem; da mesma forma, o colonizado se define pela definição do colonizador. Este processo de dominação lingüística é um elemento para diminuir a resistência dos colonizados.

Isto ocorre no período do colonialismo. A mutação lingüística se inicia quando os colonizadores com suas forças militares e administrativas, acompanhados por comerciantes, se implantam na região colonizada e logo realizam a cooptação de setores nativos, realizando uma aliança que beneficia a ambos e significa a exploração e dominação da população nativa. Estes setores nativos cooptados são os primeiros a adquirirem a língua do colonizador. Os grupos sociais intelectualizados – no sentido profissional do termo – também acabam adotando a língua do invasor. Assim, como coloca Calvet, a língua dominante, a do colonizador, é adotada pelos nativos próximos ou representantes do poder ou por aqueles que são constrangidos a se relacionar com ele. Estes grupos aliados e privilegiados de nativos possuem um bilingüismo que entra em contradição com o monolingüismo da maioria absoluta da população nativa.

Etnocídio e Glotofagia

Os colonizadores não conhecem o idioma do colonizado e por isso impõem o seu aos interlocutores locais. A administração local utiliza o idioma do colonizador, bem como as instituições implantadas (tribunais, escolas, etc.). A possibilidade de acesso a tais instituições também se faz via idioma dominante. Segundo Calvet,

“No plano lingüístico, o colonialismo institui pois um campo de exclusão de duplo gatilho: exclusão duma língua (a língua dominada) das esferas do poder, exclusão dos falantes desta língua (dos que não aprenderam a língua dominante) dessas mesmas esferas” (2004, p. 04).

Os colonizadores promovem um processo de seleção lingüística através de decretos, ações políticas, sistema escolar. Este é o primeiro estágio do que Calvet denomina glotofagia. No entanto, este processo de destruição de línguas (idiomas) acompanha um fenômeno mais amplo que é o etnocídio, isto é, a destruição de toda uma etnia, tal como alguns antropólogos denominaram (Auzias, 1978). Assim, consideramos que o etnocídio é um conceito mais amplo, que engloba a “glotofagia” e permite

compreender que este processo de destruição de línguas não ocorre apenas na esfera lingüística mas em todas as esferas, pois o idioma nativo está ligado às relações sociais (tribais ou quaisquer outras) e uma vez estas relações desaparecendo ou sendo paulatinamente englobadas por outras, acabam tendo dificuldade em servir de meio de comunicação e por isso a resistência lingüística é uma empreitada com poucas chances de sucesso.

Assim, o primeiro estágio da glotofagia se caracteriza pelo fato da classe dominante local, aliada e subordinada à classe dominante do país colonizador, passa a utilizar o idioma do colonizador juntamente com o nativo, enquanto que a população em geral continua falando apenas o idioma nativo. Há, no primeiro caso, um bilingüismo e, no segundo, um monolingüismo. No segundo estágio há um avanço da glotofagia, no qual a população urbana acaba sendo englobada pelo bilingüismo, abandonando o monolingüismo do idioma nativo, restando apenas a população rural como praticante deste. A classe dominante local abandona o idioma nativo (indo do bilingüismo ao monolingüismo, adotando exclusivamente o idioma dominante) e a população urbana passa do monolingüismo nativo para o bilingüismo (englobando o idioma dominante) e a população rural continua no monolingüismo (restrito ao idioma nativo). Isto é produto do avanço do capitalismo que, com sua expansão e instauração de relações de produção capitalistas nas cidades, constrange a população urbana (determinadas classes sociais, além da dominante e as suas classes auxiliares, incluindo o proletariado nascente, etc.) a adquirir o idioma dominante¹¹.

A próxima fronteira a ser rompida pela expansão capitalista é o campo, o último reduto do monolingüismo nativo. A dinâmica capitalista não demora muito a romper esta fronteira, pois a subordinação das relações de produção não-capitalistas (camponesas) ao capitalismo, bem como implantação de relações de produção capitalistas, provoca a morte final do monolingüismo e a efetivação da glotofagia. As relações de produção capitalistas invadem o campo ou o subordinam, fazem da população rural dependente e subordinada à cidade, onde se encontra as relações de produção capitalistas, as indústrias, o centro administrativo, os meios oligopolistas de comunicação, as escolas. Como diz Calvet, o idioma dominante está ligado às formas mais “modernas” de produção enquanto que o idioma nativo está mais ligado às formas

¹¹ “O grupo dominante que impõe seu modo de produção impõe também sua linguagem, pois a língua também é trabalho” (Raffestin, 1993, p. 99); “a língua dominante é – ou tende a ser – sempre a língua daqueles que detêm o poder econômico, social e político” (Dacanal, 1985, p. 19).

tradicionais. Neste último estágio, o idioma nativo é, segundo Calvet, definitivamente digerido pelo idioma dominante. Assim, Calvet expõe resumidamente o processo de glotofagia:

“A língua dominante impõe-se segundo um esquema que passa pelas classes dirigentes, posteriormente pela população das cidades e, finalmente, pelo campo, e este processo apresenta-se acompanhado de bilingüismos sucessivos, ali onde a língua dominada resiste. Porém, a desapareição de uma língua (a glotofagia triunfante), ou o seu contrário, depende de numerosos fatores não lingüísticos, em particular das possibilidades de resistência do povo que fala esta língua” (2004, p. 09).

O bilingüismo vai se desenvolvendo mas não harmonicamente, pois ele é, no caso dos países colonizados, marcado pela diglossia. O bilingüismo era considerado pelos lingüistas um fenômeno individual (um indivíduo que fala duas línguas) mas quando Ferguson elabora o conceito de diglossia ela ganha um caráter social. A diglossia ocorre quando duas formas lingüísticas (dois idiomas) coexistem numa mesma comunidade, caracterizando uma variedade alta e uma variedade baixa, sendo que a primeira manifesta a forma reproduzida nas instituições administrativas, escolares, intelectuais e a segunda na vida cotidiana (cf. Calvet, 2002; Martinet, 1975).

Assim, o bilingüismo, neste caso, possui uma repartição social de usos e revela o predomínio idiomático do idioma dominante. Este é o primeiro passo para a implantação de um novo monolingüismo, agora fundado no idioma dominante e não mais no idioma nativo. Assim, o processo evolutivo da glotofagia ocorre da seguinte forma: monolingüismo do idioma nativo → bilingüismo → diglossia → monolingüismo do idioma colonizador. O bilingüismo assume uma forte importância, nascendo na classe dominante local e se espalhando pelas classes exploradas e mudando para uma forma fundada na diglossia.

Estas relações são típicas das situações na qual existem os dominadores e os dominados e é por isso que Calvet cita casos de sociedades pré-capitalistas (o Império Romano e a expansão do Latim, a relação da Inglaterra e País de Gales, por exemplo) mas a situação é diferente com a emergência do capitalismo. Em primeiro lugar, as relações são mais complexas e isto pode ser exemplificado pela não existência de apenas um centro lingüístico e sim um centro hegemônico mundial com diversos concorrentes. Os países colonizadores nomeiam de forma pejorativa os colonizados

(Calvet, 2004; Carboni e Maestri, 2003), devido às relações de poder instauradas, mas não o fazem com os países que não são seus subordinados. Calvet cita o exemplo da língua francesa que nomeia de forma pejorativa os países colonizados, mas não os outros países colonizadores, e por isso as palavras que expressam estes países não são muito distantes dos termos originais: russe (ruski); anglais (english), italien (italiano). Espagnol (español). Em segundo lugar, este processo é irreversível devido à expansão capitalista e suas formas de realização: a glotofagia é um processo que acompanha o desenvolvimento capitalista e este possui um caráter universalista e expansionista realizado a partir dos Estados-Nações que se industrializaram pioneiramente, o que significa que o processo de colonização produziu um conjunto de idiomas que se tornaram mundialmente dominantes e se realizou – e continua realizando – a glotofagia de diversos idiomas. Isto vai gerar uma disputa mundial pela hegemonia lingüística a nível mundial entre os países imperialistas, o que será discutido mais adiante.

Este processo de mutação idiomática se relaciona com o processo de expansão capitalista e as mudanças nos regimes de acumulação. O colonialismo marca a primeira fase da glotofagia, no qual a administração colonial encontra aliados nativos que se tornam os reprodutores do idioma dominante. A passagem do colonialismo para o neocolonialismo expressa uma alteração nas relações entre colonizadores e colonizados, pois a limitação e posteriormente o fim da escravidão e entrada da Inglaterra na disputa colonial marca o processo de formação de mercado consumidor e força de trabalho no continente africano e outras regiões (incluindo o Brasil), o que amplia o processo de glotofagia, reforçando a população urbana contra a rural.

A exportação de mercadorias assume papel fundamental neste período e isto influi nas relações internas nas colônias, que precisam fomentar seu mercado consumidor, o que significa uma expansão da urbanização e fim da escravidão no novo mundo. Com o imperialismo financeiro temos os investimentos massivos na infra-estrutura e expansão das relações de produção capitalistas e sua expansão nos países que já haviam iniciado anteriormente o seu processo de industrialização. Isso gera o capitalismo subordinado em alguns países, embora haja variações de acordo com cada país e também não significa que os modos de produção não-capitalistas tenham deixado de existir mas sim que se tornam subjugados às relações de produção capitalistas. A fase seguinte, do imperialismo oligopolista, já significa uma ampliação do capitalismo subordinado, invadindo as demais esferas da vida social e promovendo a abolição de relações de

produção não-capitalistas. A produção no campo passa a ser dominada pela produção urbana, capitalista, instaurando o bilingüismo, em muitos casos fundado na diglossia. Este processo é mais rápido em alguns países, mais lento em outros, dependendo do conjunto das relações sociais concretas, mas expressando uma tendência geral e ligada ao processo de desenvolvimento capitalista. As línguas nativas que ainda resistem enfrentam hoje não somente uma intensificação da ação glotofágica expressa nas novas tecnologias de comunicação e na expansão da hegemonia norte-americana e, secundariamente, de outros países imperialistas.

Este processo, no entanto, ocorre de forma diferenciada em países diferentes. Além dos processos de resistência a glotofagia, que, ligados a diversas determinações (incluindo a religião), os países que tiveram um etnocídio que exterminou a maior parte da população nativa tiveram uma glotofagia mais rápida. No caso do Brasil, por exemplo, as línguas indígenas foram destruídas, em grande parte, com a destruição das sociedades indígenas. A população indígena acabou sendo isolada em algumas áreas e os contatos iam, paulatinamente, destruindo suas manifestações lingüísticas, bem como sua cultura como um todo. O idioma dominante no Brasil foi o português, pois a população indígena foi excluída do processo de organização do Estado-Nação neste país, embora algumas influências e manifestações lingüísticas tenham sobrevivido e incorporado ao “português brasileiro”, que engloba também as línguas africanas que vieram junto com a população negra escravizada. A glotofagia, no caso brasileiro, foi muito mais rápida e eficaz, bem como a instauração das relações de produção capitalistas no Brasil, em comparação com os países africanos. A resistência lingüística em muitos casos é frágil, em outros é simplesmente inexistente, em alguns é forte e consegue manter a língua nativa ou as suas manifestações diferenciadas, mas este último caso é mais raro e depende de uma série de determinações que dependem de cada caso concreto.

Hegemonia Lingüística e Imperialismo Cultural

Com o processo de desenvolvimento capitalista e a expansão dos meios oligopolistas de comunicação, temos uma nova disputa lingüística internacional, agora entre os idiomas dominantes. Cada país colonizador impôs seu idioma aos países colonizados e isto foi mantido mesmo após a chamada “descolonização”. Assim, as colônias francesas reproduziam a língua francesa, as colônias portuguesas a língua portuguesa, e assim por diante. Isto produziu uma competição interimperialista no nível

lingüístico, embora de forma amena e nem sempre com tanta ferocidade como ocorria nas outras esferas. As potências colonizadoras de capitalismo mais frágil, como foi o caso de Portugal, conseguiu implantar a língua portuguesa em várias colônias (Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, etc.), mas a influência mundial desta língua nunca foi grande, não ultrapassando as fronteiras dos países que a tornaram sua língua oficial.

A hegemonia lingüística mundial passou do francês para a língua inglesa. O desenvolvimento capitalista a partir do século 18 marca a hegemonia do inglês, pois a Inglaterra foi durante muito tempo a grande potência capitalista mundial e foi substituída por sua ex-colônia, os Estados Unidos, também de língua inglesa. Os mais fortes concorrentes lingüísticos (francês, russo, etc.) não conseguiram suplantar tal hegemonia. Na atualidade, com o neoimperialismo e o processo de ampliação da dominação norte-americana no mundo, ela fica ainda mais forte. Esta é outra face da dominação lingüística internacional, que marca a relação entre linguagem, poder e relações internacionais. Assim, junto com a dominação imperialista temos a dominação lingüística, pois no capitalismo subordinado se aprende inglês nas escolas, mas nos EUA e Inglaterra não se aprende espanhol, português, etc., no sistema escolar.

O imperialismo cultural é parte componente do processo de exploração internacional, tanto do ponto de vista mercantil quanto do ponto de vista exclusivamente cultural. A dominação cultural cria mercadorias culturais (filmes, livros, obras de arte, músicas, etc.) que são vendidas e reproduzem o processo de transferência de mais-valor dos países capitalistas subordinados para os países imperialistas, principalmente os Estados Unidos. A produção cultural, artística e científica é concentrada nos países imperialistas e devido ao processo de colonização cultural, a autonomia intelectual, artística, é restrita nos países de capitalismo subordinado, ficando restrita às fronteiras nacionais, com poucas exceções. Os modismos da indústria cultural invadem o capitalismo subordinado e faz fortunas (e isto vale até mesmo para a produção científica, principalmente – mas não unicamente – na área de ciências humanas). O lucro é certo, bem como o seu possuidor, as empresas oligopolistas transnacionais. Mas também a supremacia cultural é certa, e assim temos a reprodução de valores, idéias, do capitalismo imperialista, o que reforça sua dominação, pois passa a ser introjetada e reproduzida pelos dominados.

No plano lingüístico, isto se reproduz de forma ampliada. Além do sistema escolar reproduzir a hegemonia lingüística mundial, temos também os meios oligopolistas de

comunicação e toda a produção de mercadorias culturais que chegam aos países subordinados com a língua hegemônica, *made in USA*. Daí as expressões lingüísticas inglesas se tornarem objetos de reprodução em gírias, brincadeiras, mesclas, e assim se cria mais uma fonte de reprodução da hegemonia lingüística inglesa. Além disso, se os “grandes” cientistas, artistas, intelectuais em geral, escrevem em inglês (ou, em menor grau, francês, italiano, alemão, espanhol) então o domínio destas línguas se torna uma “necessidade”. O ensino obrigatório da língua inglesa nas escolas brasileiras é apenas a face popular e introdutória de todo este processo. Assim, nas publicações científicas brasileiras, as revistas acadêmicas, há, geralmente, a exigência do resumo em português e do *abstract* em inglês; nos processos de seleção para mestrado e doutorado temos novamente a exigência de domínio desta língua e no último caso de uma outra (geralmente se coloca como opção o alemão, o francês e o italiano e, em casos mais raros, a língua mais próxima, o espanhol, desvalorizada por razões óbvias: está abaixo na hierarquia mundial...). Isto tudo quer dizer que a colonização cultural é mais intensiva nos meios intelectualizados, bem como a hegemonia lingüística. Na atualidade é reconhecida a hegemonia lingüística inglesa, bem como seus efeitos:

“O imperialismo do inglês é um seguro meio de poder em vários níveis. Há muito tempo as multinacionais vêm privilegiando o inglês em suas relações com as sucursais e entre elas. É sem dúvida uma necessidade, mas também um meio de fazer passar, dessa maneira, todo um conjunto de informações que modelam, que estruturam os espíritos e as coletividades. O imperialismo da cultura anglo-saxônica é, antes de tudo, um imperialismo da língua inglesa, como foi o caso do francês” (Raffestin, 1993, p. 117).

Todo este processo encontra algumas resistências, tal como colocaremos a partir de agora. Assim, surgem propostas de adoção de uma nova língua que não seja o inglês, algo que não passa de fantasia, pois qualquer outra língua representará outro país e apenas se reforçará um país imperialista em detrimento de outro, o que só seria possível, também, com a mudança nas relações concretas na esfera da produção e reprodução do capital. A recuperação de línguas nativas também não teria sentido, pois seria o mesmo que defender, como Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto (1988), a volta do uso do tupi-guarani. No entanto, estas propostas parecem esquecer a existência de uma possibilidade alternativa já desde o início do século 20, da qual trataremos a seguir.

Esperanto: Alternativa Libertária

O esperanto é uma língua considerada “artificial”, pois não foi produto coletivo de uma determinada sociedade e sim de um indivíduo. O seu criador, L. L. Zamenhof,

tentou criar uma alternativa à “torre de babel” existente no mundo, publicando em 1887 sua obra no qual apresentava a nova língua¹². Os defensores do uso do esperanto apresentam vários argumentos em seu favor: a facilidade em aprender esta língua (possui apenas 16 regras gramaticais), o fato de ser uma língua “neutra”, a facilidade na comunicação mundial com sua adoção como segunda língua de todos os países, aboliria a necessidade de um indivíduo aprender várias línguas, a poupança de recursos que deixariam de ser gastos com traduções, etc (Zamenhof, 1988; Zamenhof, 1993; Santiago, 1986).

No entanto, existem razões mais profundas para defendermos a instauração do esperanto como “segunda língua” de todos os países, se tornando uma língua universal¹³, convivendo com os idiomas existentes. Como o esperanto não é o idioma dominante (e nem oficial) em nenhum país do mundo então ele não expressa a supremacia de um idioma sobre outro. Assim, o idioma não seria um elemento na reprodução das relações de poder a nível internacional. Aliás, ele permitiria uma maior autonomia na produção cultural. A produção ideológica e a influência norte-americana, bem como a dos demais países imperialistas, tem como uma de suas bases o mercado editorial e a dinâmica mercantil.

Obras teoricamente importantes produzidas em países capitalistas subordinados não ultrapassam suas fronteiras, pois o mercado editorial seleciona o que irá traduzir e como os idiomas destes países não são aprendidos em outros países (como o inglês, por exemplo) então apenas uma nacionalidade tem acesso a tal obra. Um teórico africano dificilmente terá sua obra conhecida nos demais países além do próprio. O mesmo se pode dizer dos de outros países subordinados, numa ordem hierárquica. Os autores que escrevem em língua portuguesa estão em nítida desvantagem em relação aqueles que escrevem em francês e principalmente em relação àqueles que escrevem em inglês. A comunicação internacional foi facilitada pela expansão da Internet. Milhões de pessoas têm acesso à rede mundial de computadores e falando as mais distintas línguas. O

¹² O esperanto foi uma entre diversas outras tentativas de criar uma língua universal, tal como o solresol e o volapük (cf. Santiago, 1986).

¹³ Preferimos falar em “língua universal” ou “língua mundial” ao invés de “língua internacional”, pois esta última expressão parte do reconhecimento dos Estados-Nações, produtos históricos que não são eternos e deverão ser ultrapassados, e língua universal permite se pensar em uma língua que estaria presente em todo o mundo convivendo com os idiomas regionais, ou, no atual contexto, nacionais.

esperanto, neste caso, seria fundamental, pois permitiria uma comunicação entre indivíduos de qualquer país e de qualquer idioma¹⁴.

Desta forma, o esperanto passa a ser não somente uma proposta mais racional como também libertária e é por isso que, apesar da racionalidade superior da proposta de adoção do esperanto como segunda língua em todos os países do mundo desde sua criação em 1887, ela nunca foi colocada em prática e os organismos internacionais até dizem acatar a idéia mas nunca a concretizam. Existem muitos interesses contrários ao esperanto e por isso os esforços dos seus partidários permitiram certa divulgação mas nunca a sua expansão através do sistema oficial. Mesmo quando é aprovado o seu ensino nas escolas, tal como ocorreu no Brasil em 1938, a sua efetivação não ocorre. Os “esperantistas”, tal como são conhecidos os adeptos do esperanto, em muitos casos, aumentam mas não conseguem impor uma propaganda massiva, conquistas concretas, a não ser os encontros nacionais e internacionais. No entanto, se existe uma luta e existem derrotas, isto não quer dizer que não se deve lutar, pois isto significaria uma derrota antecipada. A luta contra a dominação lingüística, da qual a luta pela implantação do esperanto como segunda língua em todos os países é uma parte, deve continuar e avançar. Assim, devemos substituir a língua enquanto forma de dominação pela língua enquanto forma de libertação.

¹⁴ Outros elementos deveriam ser analisados no esperanto, como, por exemplo, o seu caráter, à primeira vista, não sexista. O caráter sexista das línguas da cultura ocidental se manifesta sob várias formas, tal como no exemplo da expressão “homem”, que expressa não só o sexo masculino mas também o gênero humano (Fromm, 1987; Carboni e Maestri, 2003) e no esperanto isto não ocorre já que o gênero humano é “homo” (Lorenz, 1988), o indivíduo do sexo masculino é “viro” e do sexo feminino é “virino” (Costa, 1997). Outros elementos deveriam ser considerados, incluindo a questão do movimento no esperanto, pois na língua portuguesa e na língua inglesa a ação se manifesta através dos verbos e estes são secundários nas construções formais destas línguas, que privilegia as palavras substantivas, isto é, enfatizam coisas e seres e não ações e transformação (Terwilliger, 1974).

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- AUZIAS, Jean-Marie. *A Antropologia Contemporânea*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- BAGNO, M. *A Inevitável Travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística*. In: BAGNO, M.; STUBBS, M. e GAGNÉ, G. *Língua Materna: Letramento, Variação e Ensino*. São Paulo, Parábola, 2002.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico. O que é, como se faz*. 23ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5ª edição, São Paulo, Hucitec, 1990.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto, Afrontamento, 1975.
- BERNSTEIN, B. *Aspectos da Relação entre Educação e Produção*. In: GRACIO, S.; MIRANDA, S.; e STOER, S. (orgs.). *Sociologia da Educação. Vol 1: Funções da Escola e Reprodução Social*. Lisboa, Horizonte, 1982.
- BETTELHEIM, Charles. *As Lutas de Classes na União Soviética*. 2 vols. 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1994..
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo, Difel, 1989.
- BRAM, Joseph. *Linguagem e Sociedade*. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1968.

- BRANDÃO, Helena N. *Introdução à Análise do Discurso*. 6ª edição, Campinas, Unicamp, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. *O Processo Colonial a Nível Lingüístico*. <http://membros.lycos.fr/questionne/perspectivas/calvet1.html>. Acessado em 04/09/2004.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística. Uma Introdução Crítica*. São Paulo, Parábola, 2002.
- CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário. *A Linguagem Escravizada. Língua, História, Poder e Luta de Classes*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.
- CHESNAUX, Jean (org.). *El Modo de Producción Asiático*. México, Grijalbo, 1969.
- COSTA, A. K. A. *Dicionário Português-Esperanto*. 4ª edição, Federação Espírita Brasileira, 1997.
- CUVILLIER, A. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre, Globo, 1975.
- DACANAL, J. H. *Linguagem, Poder e Ensino da Língua*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- DACANAL, José Hildebrando. *Linguagem, Poder e Ensino da Língua*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 11ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 4ª edição, São Paulo, Ática, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões*. 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1983.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *O Marxismo em Debate*. Entrevistas do Le Monde – Filosofias. São Paulo, Ática, 1991.
- FROMM, E. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FROMM, Erich. *Meu Encontro com Marx e Freud*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- GARAUDY, R. (org.). *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa, Seara Nova, 1974.

- GARAUDY, R. *O Problema Chinês*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GERGEN, Kenneth. *A Crítica Feminista da Ciência e o Desafio da Epistemologia Social*.
Em: GERGEN, Mary (org.). *O Pensamento Feminista e a Estrutura do
Conhecimento*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/Edunb, 1993.
- GODELIER, M.; MARX, K. e ENGELS, F. *El Modo de Producción Asiático*. Córdoba,
Eudecor, 1966.
- GREIMAS, A. J. *Semiótica do Discurso Científico. Da Modalidade*. São Paulo, Difel,
1976.
- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. São Paulo, Difel, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência enquanto Ideologia*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- HIGOUNET, C. *História Concisa da Escrita*. São Paulo, Parábola, 2003.
- JEROME, W. e BUICK, A. *Capitalismo de Estado Soviético? História de uma Idéia*. In:
NEVES, A. (org.). *A Natureza da URSS*. Porto, Afrontamento, 1977.
- KAUTSKY, Karl. *As Três Fontes do Marxismo*. São Paulo, Global, 1980.
- KURODA, S-Y. *Reflexões sobre os Fundamentos da Teoria da Narração*. In: JAKOBSON,
R. e outros. *Língua, Discurso e Sociedade*. São Paulo, Global, 1983.
- LEFEBVRE, H. *A Linguagem e a Sociedade*. Lisboa, Ulisséia, 1966.
- LIMA BARRETO, A. H. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Ática, 1991.
- LORENZ, F. V. *Esperanto sem Mestre*. 8ª edição, Brasília, Federação Espírita Brasileira,
1988.
- MARCELLESI, J-B. e GARDIN, B. *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa, Aster, 1975.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidimensional*. 6ª
edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MARTINET, André. *Elementos de Linguística Geral*. 6ª edição, São Paulo, Martins
Fontes, 1975.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 3ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São
Paulo, Hucitec, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MCCLELLAND, D. *A Sociedade Competitiva*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.

- MOORE, Henrietta. *Antropologia y Feminismo*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1991.
- MOSCOVICI, Serge. *A Sociedade Contranatura*. Lisboa, Teorema, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, Unicamp, 1988.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- RENAN, E. *A Origem da Linguagem*. Salvador, Progresso, 1950.
- ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio Sobre a Origem das Línguas*. Col. Os pensadores. 4^a edição, São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- SANTIAGO, Isabel. *O que é Esperanto*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SAPIR, E. *A Linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1995.
- SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- TERWILLIGER, Robert. *Psicologia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- VIANA, Nildo. *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia, Edições Germinal, 2000.
- VIANA, Nildo. *A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais*. Goiânia, Edições Germinal, 2001.
- VIANA, Nildo. *Alienação e Fetichismo em Marx*. Fragmentos de Cultura, ano 5, maio de 1995.
- VIANA, Nildo. *Educação, Linguagem e Preconceito Lingüístico*. Revista Plurais/UEG. Vol. 1, nº 01, jul/dez.2004.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. São Paulo, Manole, 2007.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2^a edição, São Paulo, Pioneira, 1987.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

ZAMENHOF, L. L. *Essência e Futuro da Idéia de Língua Internacional. Esenco kaj Estonteco de la Ideo de Lingvo Internacia.* (Edição bilíngüe: esperanto-português). 4ª edição, Brasília, Federação Espírita Brasileira, 1993.

ZAMENHOF, L. L. *Essência e Futuro da Idéia de uma Língua Internacional.* Goiânia, Zamenhof Editores, 1988.